

Aviador

ECONÓMICO

26 de Outubro 2020
Segunda-feira
Semanário - Ano 5
Nº 232
Director-Geral
Evaristo Mulaza



Conatido da Silva © AFP

Porquê?

IMPrensa. Jornalistas em serviço e devidamente identificados, detidos entre as 10 horas de sábado, 24, e as 15 horas de segunda-feira, 26, numa manifestação em Luanda, Angola. É esta a "maior liberdade de imprensa" defendida pelo Governo. Págs. 2, 8 e 9



25 ANOS A CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO
ECONÓMICO E SOCIAL DE ANGOLA

Deposito a prazo 30 dias

BCH: 10,00%.

BE: 8,00%.

BIC: 7,75%.

BCI: 5,00%.

BKEVE: 5,00%.

BCS: 4,50%.

BAI: 4,50%

Editorial

“O DIA DA INFÂMIA”

Este é um número de excepção. Raras vezes um jornal de economia ignorou os seus temas clássicos para defender, na capa, expressamente a liberdade de imprensa. E, de forma extensiva, a liberdade de expressão. Hoje, temos razões de sobra para isso. Deter jornalistas porque se encontravam a cobrir uma manifestação é intolerável. Ainda que por algumas horas, como foi o caso dos profissionais da TV Zimbo e da Agência France Press. Mantê-los mais de 50 horas enclausurados em celas é mais do que uma aberração, é criminoso. Foi o que a Polícia fez aos profissionais da Rádio Essencial e do Valor Económico. Os jornalistas Suely de Melo e Carlos Tomé, o fotógrafo Santos Samuesseca e o motorista Leonardo Faustino ficaram detidos entre as 10 horas de sábado (24) e às 15 horas de segunda (26). Ficaram enclausurados nas esquadras da Polícia, como criminosos, depois de terem sido agredidos no momento da detenção. Acabaram, entretanto, libertados sem qualquer acusação. Sem qualquer medida de coação. Nada lhes foi dito além de algumas perguntas do Ministério Público sobre o que se teria passado.

O que está em causa, portanto, não é um crime qualquer. E não é apenas um atentado expresso à liberdade de imprensa e de expressão que, alegadamente, passaram a ser bandeiras do pretenso novo poder. O que está em

causa é uma grosseira violação de princípios e de direitos fundamentais, incluindo o direito à vida. É a reafirmação da selvajaria que legitima o livre-arbítrio do poder do Estado e eleva-o às fronteiras da ditadura. O 24 de Outubro de 2020 é assim, para o jornalismo e para o país, mais um “dia da infâmia”. Se, no passado, a arbitrariedade e a violência contra jornalistas foi genericamente justificada com pretextos fabricados, o poder dá agora uma mensagem mais descarada: se lhe der na gana, prende jornalistas, enclausura-os pelo tempo que quiser e manda-os para casa sem qualquer explicação. Simples assim. Basta que o queira. Sem pretextos.

Mas essa barbárie não poderia ficar sem uma resposta adequada. E essa resposta é a reafirmação do comprometimento com os valores e os princípios do jornalismo, como refere o comunicado das direcções do jornal Valor Económico e da Rádio Essencial (ver página 9). Por muito expressa que seja a ameaça à integridade física e à liberdade dos nossos profissionais, a verdade é que não sabemos fazer jornalismo de outra forma. Por muito visíveis que sejam os sinais de ataques direccionados e de tratamentos discriminatórios dos nossos meios, o certo é que não podemos estar no jornalismo de outra forma. A nossa história é a nossa melhor testemunha.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Isabel Dinis, Júlio Gomes, Guilherme Francisco e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY e Mário Paiva
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82
Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola; 222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS...



ALDEIRO QUINTAS,
advogado

Como avalia a postura da polícia na manifestação de sábado?

É de lamentar, pelo facto não ter saído da forma como os realizadores previam, uma vez que a mesma tem respaldo constitucional. Basta olhar para o artigo 47.º da Constituição. As leis ordinárias não limitam direitos, garantias e liberdades fundamentais, salvaguardados pela CRA, que, de resto, é a Lei Suprema. O Decreto Presidencial nº 276/20, de 23 de Outubro, que actualiza as medidas de prevenção e controlo da propagação da covid-19, é uma norma infraconstitucional e subordina-se à Constituição sob pena de ser considerada inconstitucional.

A manifestação culminou com a detenção de jornalistas em pleno exercício da profissão...

Quanto à detenção dos jornalistas é claramente uma violação dos direitos humanos porque o jornalista trabalha e vai em busca de factos e acontecimentos de interesse público. Não consigo ver onde está o crime que, eventualmente, terão cometido. A detenção dos profissionais durante dois dias mancha o bom nome do país no exterior.

O que estes últimos acontecimentos reflectem?

É uma demonstração clara de que os jovens ganharam mais consciência de participação na vida política ou pública, nos assuntos que lhes interessam.

20

TERÇA - FEIRA

O Governo anuncia o sistema de comparticipação de custos para a realização de testes de covid-19, para quem queira circular internamente ou para o exterior, devido aos encargos significativos para o Estado.

21

QUARTA - FEIRA

O Ministério das Finanças anuncia a prorrogação do prazo para a entrega de candidaturas ao concurso internacional para a concessão exclusiva de exploração dos jogos sociais até ao final do dia 27 de Novembro.

22

QUINTA - FEIRA

O Presidente da República nomeia José Carvalho da Rocha governador do Uige. José Carvalho da Rocha foi ministro das Telecomunicações e Tecnologias de Informação e sucede a Sérgio Luther Rescova, que morreu, este mês, vítima de doença.



SEGUNDA-FEIRA

O Ministério da Educação manifesta, em comunicado de imprensa, "surpresa e desagrado" face à decisão tomada pela Escola Portuguesa de Luanda (EPL) de suspender o regresso presencial dos alunos àquela instituição, onde foi detectada uma infecção pelo novo coronavírus.

23

SEXTA - FEIRA

O Governo admite reduzir a frequência de voos para o país, caso se mantenha o aumento dos casos de covid-19 que se têm verificado nos últimos dias. O anúncio foi feito pelo ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente, Adão de Almeida.



17

SÁBADO

A Escola Portuguesa de Luanda anuncia a suspensão das aulas presenciais face à insegurança dos pais quanto ao regresso dos estudantes e após ter tido conhecimento de uma aluna infectada pelo novo coronavírus.



18

DOMINGO

A consultora Fitch Solutions estima que o BNA vá manter a taxa de juro de referência nos 15,5% até ao final do ano para controlar a inflação, que se deverá ficar nos 21,9% este ano.



COTAÇÃO



PETRÓLEO NÃO RESISTE SEGUNDA VAGA DE COVID-19...

O petróleo recuou mais de 3%, nesta segunda-feira, face à subida vertiginosa de casos de covid-19 na Europa e nos Estados Unidos da América. O Brent, referência às exportações angolanas, fechou em queda de 3,1%, a negociar 40,46 dólares. Enquanto o WTI recuou 3,2%, a negociar 38,56 dólares.



OURO SOBE LIGEIRAMENTE...

Os futuros do ouro registaram ganhos de 0,01%, ao negociarem as entregas para Dezembro a 1.905,35 dólares por onça troy. Tendência diferente tiveram a prata e o cobre. A prata negociou 24,422 dólares por onça troy, registando perdas de 1,03%. Já o cobre registou perdas de 1,24%, ao negociar 3,0903 dólares por libra-peso.

Entrevista

JOSÉ ALBERTO SOFIA, PRESIDENTE DO CODEX ANGOLA

“O Codex deixou de receber a dotação orçamental há mais de dez anos”

O Comité para o Código Alimentar em Angola (Codex Angola) precisa de reformas profundas, defende o seu presidente que também responde pelo Laboratório Nacional de Qualidade (Lancoq). Mesmo na conjuntura actual, diz-se “animado para encontrar soluções” que coloquem o órgão sob carris em defesa dos objectivos para os quais foi criado. O Codex deixou de receber um milhão de dólares por mês para a sua manobra.



Isso não dificulta a gestão?

Fui nomeado há cerca de um ano numa conjuntura de mudanças profundas do sistema de organização governamental. Portanto, a minha gestão acontece no âmbito destas reformas de organização e funcionamento do Estado. Assim, as questões que se colocam ao Codex inserem-se em dois âmbitos principais: um é a necessidade de reforma estatutária para que seja uma entidade mais dinâmica, mais adequada a dar resposta aos problemas actuais. Outro tem que ver com o suporte orçamental do Estado, e porque participava na execução de vários programas e projectos do Codex Mundo da FAO e da OMS, no âmbito da segurança alimentar, o Codex Angola também tinha o suporte financeiro dessas instituições internacionais. Mas, infelizmente, cessaram todos os apoios.

Daí a deriva do Codex, não?

São questões que não domino, porque ainda não tinha sido nomeado. Mas ficou sem apoio financeiro público e internacional para funcionar. São essas questões que justificam uma reforma estatutária para que o Codex possa funcionar. Além disso, também tem uma constituição bastante complexa e pesada. Devo mesmo dizer que, em termos de participação activa desses sectores no funcionamento do Codex, tirando os ministérios de

tutela (Comércio e Agricultura), o resto não se faz sentir.

Quais são os outros órgãos que entram na sua estrutura?

Estou a falar em mais de 20 ministérios que integram o Codex. É muita componente infra-estrutural, o que também não facilita a coordenação e execução de tarefas. Daí a necessidade de mudanças profundas.

Já há sinais para essa 'revolução'?

Em princípio, estamos a trabalhar no sentido de identificar o que seriam os activos e o foco para que o Codex funcione. Independentemente desta conjuntura pouco favorável para uma dinâmica funcional satisfatória, a presidência do Codex, desde o ano passado, incluiu no seu plano de acções tarefas essenciais, visando definir o quadro alimentar e nutricional do país.

Ou seja...

Refiro-me, por exemplo, à redefinição daquilo que é a cesta básica de Angola. Enquanto Codex, entendemos que a actual cesta básica não representa os hábitos alimentares nutricionais das nossas populações.

Porquê?

Sabemos que, em termos de cultura alimentar, há padrões étnico-regionais. Por exemplo, se me perguntar a cesta básica da região baçongo, não vai faltar o funge de bombó, a fumbua, a mandioca, como pão, no

Por Júlio Gomes

Codex Angola é um órgão estagnado?

O Codex Angola é uma instituição criada por um decreto presidencial em 2003, cuja atribuição é a criação de normas de qualidade dos alimentos e o incentivo ao cumprimento da execução dessas normas. Outra atribuição tem que ver com o incentivo da criação de estruturas de controlo de qualidade alimentar.

Mas essas funções não são sentidas pelo cidadão...

Essas actividades estão inseridas

no sistema de segurança alimentar na sua componente de salubridade para permitir que todos os alimentos garantam segurança e saúde ao consumidor. Embora o Codex Angola seja uma entidade de direito angolano, a sua actividade insere-se naquilo que é o Codex Alimentarius do mundo, instituição internacional criada pelo Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS) com o propósito de harmonizar as normas de referência que determinam a qualidade dos alimentos e as práticas comerciais ligadas aos alimentos.

A quem se subordina?

No espírito do decreto presidencial, é uma entidade multidisci-

plinar e multisectorial. Integra vários ministérios e, em termos de coordenação, integra uma presidência é assumida pelo Ministério da Indústria e Comércio e um secretariado executivo que funciona sob tutela do Ministério da Agricultura.

“A actual cesta básica não representa os hábitos alimentares nutricionais das nossas populações.”

lugar do pão. No entanto, se formos para o Sul, vamos encontrar também um outro regime alimentar e assim sucessivamente por várias regiões. A cesta básica é tida como referência que o Governo tem para direccionar os programas de segurança alimentar.

Então qual deve ser o critério?

Se formos naquela que se chama ‘Angola real’ e dissermos que as pessoas devem comprar pão para comer, se calhar, não é o hábito alimentar deles e essa informação não será, obviamente, bem recebida. Então, é preciso um estudo em todo o território para se saber qual o regime alimentar básico das populações, numa primeira fase. Mas quando falamos de segurança alimentar a componente nutricional é elementar. Podemos alimentar-nos, mas, nutricionalmente, continuamos pobres. A avaliação nutricional é crucial para uma alimentação saudável. Havendo desajustamento, promovemos programas para ajustar o suprimento do défice de proteínas, introduzindo culturas para enriquecer a dieta.

E no caso de alimentos importados?

Temos de identificar nos produtos alimentares de importação os de maior impacto na segurança alimentar das populações. Ou seja, o que é mais consumido e que se estiver em falta pode provocar desequilíbrios na balança alimentar do cidadão. Depois, é preciso definir normas de qualidade desses produtos para poderem entrar no mercado.

Como assegurar que os alimentos que entram no país têm qualidade?

Sabemos que muitos desses produtos nem sempre chegam em condições de salubridade para não colocarem em causa a saúde dos consumidores.

Há instrumentos adequados para aferir o que é bom e mau para consumo?

O Codex é uma entidade normativa, portanto, não tem laboratórios. Por isso, a produção de elementos científicos para a concepção dessas normas requer o recurso às instituições laboratoriais de controlo de qualidade. Por outro lado, a busca de informação requer a intervenção de técnicos e cientistas específicos para fazer o levantamento do que tem de ser importado. Tudo



isso requer um suporte financeiro que não existe.

Quer dizer, sem dinheiro não há trabalho...

Estamos a tentar encontrar soluções, mas, na actual conjuntura pandémica, não está a ser fácil. Temos sérios constrangimentos. Porém, é preciso encontrar saídas para esses inconvenientes e não estamos parados. Estamos a lutar, porque temos uma missão e um dever a cumprir.

Qual é o valor necessário para alavancar o funcionamento do Codex?

Na altura da minha nomeação, a informação que obtive dos antecessores é que havia uma dotação orçamental do Estado equivalente a um milhão de dólares por mês, que deixou de receber há mais de dez anos. A esse valor se agregavam outros suportes financeiros de projectos internacionais que eram alocados ao Codex. Nas relações com entidades congéneres de várias áreas científicas que, directa ou indirectamente lidam com essas tarefas, é preciso celebrar protocolos de cooperação científica e técnica para execução dessas tarefas, mas antes de tudo o que é necessário é fazer o trabalho de casa, ou seja, a reforma estatutária.

Trata-se de um processo que já arrancou?

Por orientação superior e sob coor-

DAS FAA PARA OS LABORATÓRIOS

Nascido em 1961, no Soyo, Zaire, José Alberto Sofi, médico microbiologista, formado pela Universidade Agostinho Neto, é quadro das Forças Armadas solicitado pelo então Ministério do Comércio, para, em comissão de serviço, assumir a direcção do Codex e, por arrasto, do Lancoq. Defende o reaproveitamento dos produtos impróprios para o consumo “e não queimá-los”, como tem ocorrido. “Não se deve dizer que um produto quando não serve para consumo humano já não serve para mais nada. Pode ser reaproveitado para o consumo animal, para o fabrico de adubos, entre outros fins. Portanto é uma forma de reaproveitar o investimento e não queimar dinheiro, como tem acontecido”.

denação da Casa Civil do Presidente da República, o processo foi iniciado em 2018. Nesta altura, fez-se o primeiro exercício de reforma, mas não foi concluído. Assumimos ao processo na continuidade, cujo fim depende da conjuntura actual. Não adianta estabelecer prazos,

não estaria a ser sério, nesse contexto financeiro, de queda do preço do petróleo, da actividade económica e da propagação da covid-19. O importante é que não estamos numa situação de desistência, mas de continuidade de todo o processo com todas as limitações existentes.

Nesta altura, um milhão de dólares por mês dava jeito para pôr toda a ‘máquina’ a funcionar, não?

Um milhão de dólares serviu em 2003, portanto, há 17 anos. Foi uma conjuntura, que terá determinado esse valor. No actual contexto, é necessário que se faça um novo levantamento, conformando à realidade, para levarmos a bons termos as tarefas.

Pela sua especificidade, o Codex não devia agregar um laboratório?

O Comité do Codex é integrado por vários comités técnicos específicos para determinados projectos específicos. O Lancoq é membro do Codex, preside a alguns subcomités do Codex. Enquanto membro, cumpre com a sua tarefa e participa naquilo que são quer do ponto de vista de análise e concepção de projectos quer do ponto de vista de suporte laboratorial. No âmbito do Ministério da Indústria e do Comércio, o presidente do Codex acumula funções de director geral do Lancoq.

É como se diz ‘juntar o útil ao agradável’...

O objectivo foi exactamente facilitar essa conexão de tarefas entre o Codex e o Lancoq. O Lancoq é um órgão de carácter regulador e de controlo da qualidade.

Que por ser único assume o monopólio na abordagem das análises, certo?

Existem outros laboratórios públicos como da Agricultura, entre outros.

Também há privados, entretanto ofuscados...

Não me vejo na condição de falar dos outros.

O Lancoq cumpre bem a sua função, o consumidor pode confiar nas suas análises?

O Lancoq é um instituto público do Ministério da Indústria e Comércio, responsável pela aplicação das políticas de segurança sanitária alimentar na indústria e no comércio. Isso consiste no controlo da conformidade sanitária dos alimentos que circulam na indústria alimentar, rede comercial e indústria de restauração que vai desde a produção, transporte e comercialização. No âmbito do Codex, participa na elaboração de normas.

O que se paga pelos serviços de análise compensa?

O Decreto Presidencial nº 179, que prevê taxas de análises laboratoriais, foi elaborado com base na comparticipação multisectorial, incluindo do sector empresarial privado. Portanto, os empresários participaram disso e, por isso, a disposição do decreto é consensual. Mas tendo em conta as alterações cambiais, com a corrosão do kwanza, o que se paga hoje pelas análises de qualidade alimentar em termos de valor já não representa grande coisa, é simbólico. Há um grande défice.

Portanto, advoga uma actualização do diploma?

Os consumíveis de laboratório, reagentes, produtos químicos diversos, incluindo equipamentos de protecção sanitária individual e colectiva dos nossos profissionais, têm custos completamente elevados. Por isso, os valores definidos por esse Decreto Presidencial estão ultrapassados. Assim, faz-se necessária a adequação dos valores ao nível competente.

Entrevista

Continuação da página 5

O cidadão pode confiar nos produtos que consome?

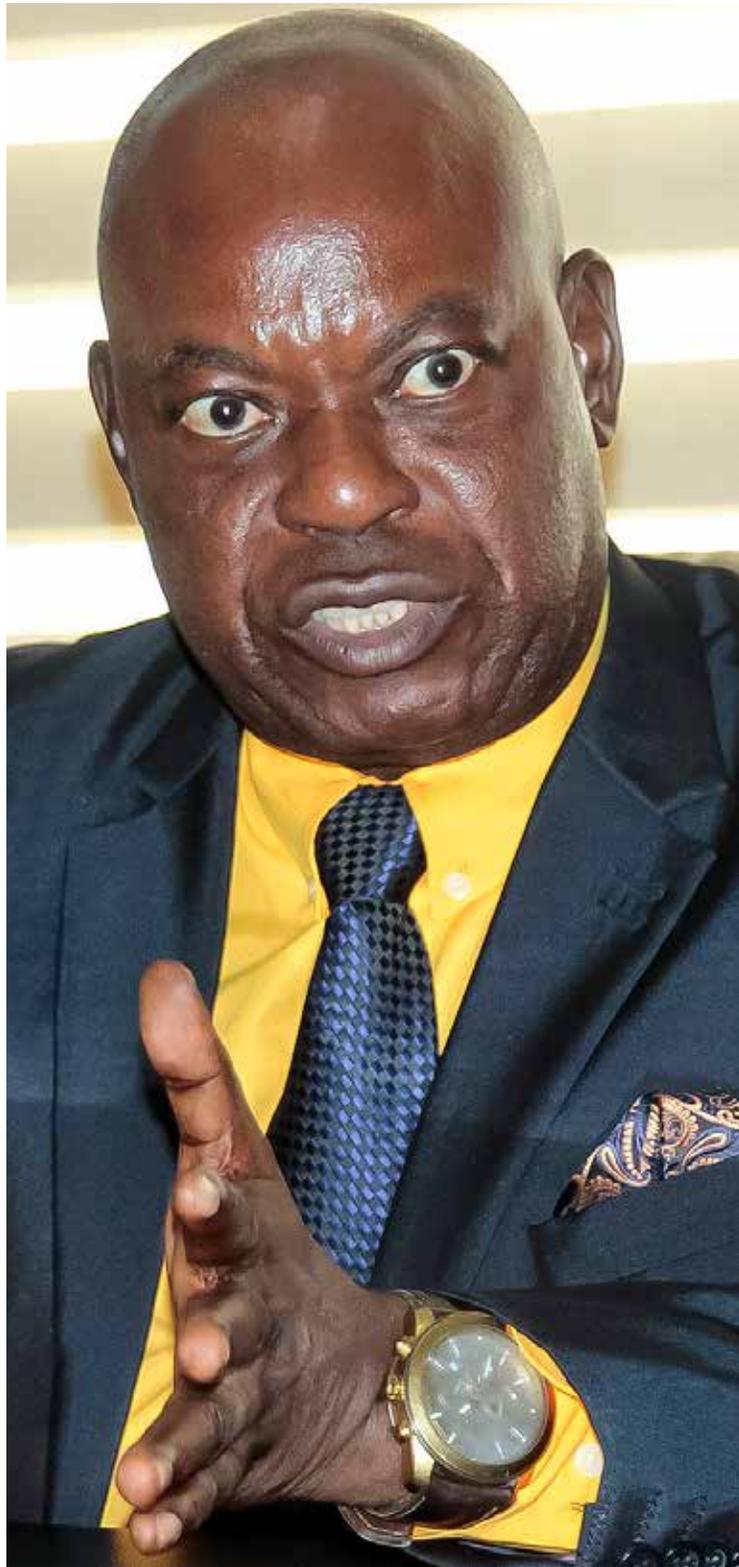
Naquilo que passa pelos laboratórios e confirmado laboratorialmente, podemos conferir que é saudável. Mas a resposta laboratorial no geral está muito aquém da procura, das necessidades. Ao nível do ministério, particularmente do Lancoq estamos empenhados no programa de extensão dos nossos serviços a todo o território. Para estamos mais próximos do utente e darmos uma resposta mais abrangente.

Há muito produto que entra pela 'porta do cavalo', logo, não é inspeccionado?

Não se trata só do que entra, mas do que se produz internamente, desde a água. Vou dizer-lhe em primeira mão que estamos avançados na elaboração do programa de avaliação sanitária dos níveis de segurança na indústria de alimentos e similares para avaliarmos os critérios de avaliação da qualidade dos alimentos e, a partir daí, reforçar-se o grau de fiabilidade dos produtos elaborados internamente. Será feito o mesmo diagnóstico à rede comercial e depois à de restauração. Esse programa será feito em parceria com todo o sector empresarial. O que se pretende são alimentos seguros quer para consumo interno quer para exportação.

Há recursos humanos suficientes e à altura das exigências?

O Codex tem todos os serviços terciarizados, com vários subcomités com quadros que não são dessa entidade. Ao nível do Codex, tirando o pessoal do executivo, não se coloca a problemática de quadros. Mas em relação ao Lancoq, enquanto laboratório de análises é uma continuidade de um laboratório da época colonial. Até Janeiro de 2019, o Lancoq era uma unidade, onde se faziam análises de alimentos e nada mais. O imperativo da resposta nacional à solução laboratorial para assegurar a qualidade dos alimentos levou o Ministério a criar um instituto que pudesse tutelar a rede de laboratórios e suporte científico e técnico para a concepção das políticas de qualidade. Daí que o Lancoq tenha passado a instituto desde 15 de Janeiro de 2019. Está numa fase de criação para poder



Mário Mujetes © VE

desenvolver a sua actividade. Já preenchemos quadros para gestão, ou seja, a nível de direcção e de chefia do laboratório.

Pode-se aferir que vêm aí mais laboratórios, certo?

Sim, laboratórios provinciais, municipais e unidades de amostragem. Ou melhor, unidades laboratoriais mais próximas do cidadão, das empresas e mais próximas em termos de regiões de risco, como grandes unidades industriais, postos fronteiriços como do Luvo, Santa Clara, aeroporto de Luanda, Porto de Luanda. Essas unidades têm a competência de recolher amostras para levar ao mais próximo labora-

tório. Algumas delas pelo volume de carga que nelas circula deverão ser dotadas de alguma capacidade laboratorial para testes rápidos que permitam dar resposta rápida à análise se o produto deve ou não entrar no mercado.

Não será muito arriscado criar mais laboratórios, quando o central tem dificuldades de acção?

Encontrei um laboratório que carecia de organização e sem uma figura jurídica formal e carente de reformas em termos de recursos humanos também. Apesar de todos os constrangimentos, assumimos acções de alguma forma atrevida.

Estamos avançados na elaboração do programa de avaliação sanitária dos níveis de segurança na indústria de alimentos e similares para avaliarmos os critérios de avaliação da qualidade dos alimentos.

Encontrei um laboratório que carecia de organização e sem uma figura jurídica formal e também carente de reformas em termos de recursos humanos.

do Comércio Jofre Van-Dúnem orientou que intervissemos nas médias e grandes superfícies, onde encontramos riscos na ordem dos 44%. Graças a essa presença do Lancoq no mercado que o sector económico despertou para a necessidade de maior observância no cumprimento das normas comerciais ligadas à qualidade dos produtos alimentares. O que verificámos um ano depois é que de 60%, os riscos baixaram para 33%. Portanto uma redução de pouco mais de 50%.

Os riscos hoje são mais reduzidos, os níveis de salubridade são maiores?

Nenhum país num mundo tem 100% em termos de salubridade alimentar. Se existisse, não seria necessário termos entidades de controlo de qualidade. Mas vamos trabalhar, partindo do pressuposto de avaliação de qualidade do processo de produção interna das empresas. Contamos com a colaboração dos industriais do sector da alimentação.

Acredita no sucesso das reformas que coloca?

Uma coisa é a concepção e outra é o grau de implementação do programa. Podemos conceber o projecto, avaliando todos os riscos, mas, na altura da implementação, podem surgir constrangimentos. Apareceu a pandemia e colocou em causa todos os programas do Governo. Isso para não falar da queda do preço do petróleo no mercado internacional.

Há rumores sobre suposta circulação de arroz de plástico no mercado. Tem algum comentário?

Fomos notificados por duas vezes, recolhemos amostras, e chegamos à conclusão de que o arroz de plástico não existe. O mesmo ocorreu com um tipo de manteiga. O que se passou é a qualidade organoléptica, ou seja, a composição natural do produto. Muitas vezes, a ficha técnica que reporta a composição do produto nem sempre corresponde à realidade, depois de análises. No caso da manteiga, o teor de gordura anda à volta de 80%, a manteiga em causa tinha apenas 30% de gordura. Não quer dizer que era imprópria para o consumo, mas apenas uma reduzida quantidade de gordura. Portanto nem tudo o que circula nas redes sociais deve ser tido e achado.

Pode ser mais explícito?

Pela primeira vez, conseguimos criar equipas que nos permitiram um estudo de avaliação e monitoramento de riscos à qualidade dos produtos nos mercados, lojas e focos principais de comercialização e com isso podemos avaliar os níveis de risco alimentar.

Quais foram os resultados?

Pelo menos, 60% dos produtos foram confirmados impróprios para o consumo. Esse dado, em matéria de saúde pública, é assustador, mas, graças a essa iniciativa, conseguimos ter um quadro da salubridade alimentar. Seis meses depois, o então ministro

BIC NET EMPRESAS

NÃO INTERROMPA O SEU NEGÓCIO PARA IR AO BANCO.

O BIC NET Empresas, permite-lhe fazer a gestão das contas da sua empresa onde estiver e quando quiser através da Internet, de forma rápida, eficaz e totalmente segura, com o sistema de segurança Cartão Matriz que o Banco BIC utiliza.



LINHA DE ATENDIMENTO BIC

+(244) 923 190 870

Serviço disponível 24H

www.bancobic.ao



BancoBIC

Crescemos Juntos

Economia/política

PROFISSIONAIS DO VALOR ECONÓMICO E RÁDIO ESSENCIAL ENTRE AS VÍTIMAS

Jornalistas detidos sem acusação e sem justificação

LIBERDADE DE IMPRENSA. Carga policial faz dezenas de feridos em manifestação em Luanda. Jornalistas atirados para a cadeia quase por 60 horas sem justificação. Onda de protestos, contra as detenções ilegais e que violam direitos fundamentais, marcou um dos fins-de-semana mais violentos dos últimos tempos na capital angolana.



Durante todo o fim-de-semana, os directores dos dois órgãos e o presidente do SJA multiplicaram-se em contactos que se foram tornando infrutíferos. Ninguém, dos diversos departamentos e estruturas policiais, conseguia dar informações concretas sobre o paradeiro dos jornalistas.

MANIFESTAÇÃO ANUNCIADA

A convocatória para a manifestação tinha sido feita com a antecedência de três semanas e, ainda na quinta-feira, os organizadores acertaram com representantes o percurso e as medidas de segurança.

Horas antes da concentração para os protestos, o Presidente da República decretou um conjunto de medidas mais restritivas de combate à pandemia covid-19. Entre elas, o novo decreto impede ajuntamentos com mais de cinco pessoas o que, na prática, poderia significar a proibição de se realizar a manifestação. No entanto, os organizadores, argumentando com a Constituição, mantiveram os protestos. A brutal reacção da polícia resultou em ferimentos de dezenas de pessoas, um morto e a detenção de 104 pessoas que, até ao fecho desta edição, se preparavam para serem julgadas sumariamente no Tribunal Provincial de Luanda.

Entre os detidos, esteve o deputado da Unita Nelito Ekuikui que chegou a ser agredido, mas foi solto no mesmo dia. Esteve também o secretário provincial de Luanda da Jura, braço juvenil da Unita, Manuel Epalanga e activistas políticos que já tinham participado noutras manifestações ao longo do ano.

Por Redacção

Quatro profissionais a trabalhar no jornal Valor Económico e da Rádio Essencial foram encarcerados durante quase 60 horas numa esquadra de polícia, depois de terem sido detidos quando tentavam fazer a cobertura jornalística da manifestação do passado sábado, convocada por um grupo de jovens para protestar contra o custo de vida e pela realização de eleições autárquicas.

Os quatro profissionais, Suely de Melo, Carlos Tomé, Santos

Samuessa e Leonardo Faustino, foram abruptamente retirados da viatura, na qual se deslocavam, e colocados em carros de polícia, com mais outros detidos. A polícia não se inibiu de usar a força, agredindo com bastões os três jornalistas e o motorista, obrigando-os assim a entrar nas viaturas. De nada adiantaram os protestos e a exibição das credenciais que os habilitam a exercer a profissão. Depois de serem encaminhados, à força, por uma esquadra da capital, acabaram por 'estacionar' no Comando Provincial de Luanda, onde iriam passar as duas noites seguintes e mais a manhã de segunda-feira. Pelo meio, os polícias confiscaram todo o material de reportagem, além dos telemóveis pessoais. O mesmo aconteceu com os repórteres de

imagem da Tv Zimbo e da agência France Press, que foram obrigados a apagar todas as imagens que tinham recolhido. Os dois repórteres ainda chegaram a ser detidos umas horas, mas depois libertados ainda na tarde de sábado.

A ordem para a libertação dos quatro profissionais do VE e da Rádio Essencial só chegaria na tarde de 26, sem que fosse deduzida qualquer acusação e sem qualquer explicação que justificasse a detenção dos quatro profissionais.

A detenção dos jornalistas provocou uma onda de reacções de protestos, que ultrapassou as fronteiras nacionais. Organizações não-governamentais e órgãos de comunicação estiveram na primeira linha, ao lado do Sindicato dos Jornalistas Angolanos (SJA).

O presidente Teixeira Cândido condenou, de imediato, as detenções dos jornalistas e lembrou um encontro que manteve, o ano passado, com o Comandante Geral da Polícia Nacional. Nessa altura, o líder sindical ouviu a promessa das autoridades de que os jornalistas enquanto estivessem no exercício da profissão "não seriam detidos, nem agredidos".

Também a ONG dirigida pelo activista Rafael Marques, a Ufolo, fez lançar um comunicado a "repudiar com veemência o aprisionamento, a agressão e o condicionamento de jornalistas no exercício da sua profissão". A Ufolo sublinhava que "sem imprensa livre a fazer o seu trabalho, não há progresso, desenvolvimento nem justiça".

Comunicado conjunto do jornal valor económico e da rádio essencial

Face aos acontecimentos ocorridos no último sábado, 24 de Outubro, em Luanda, Angola, que, entre outros factos, resultaram na detenção de dois jornalistas da Rádio Essencial, um fotógrafo do Jornal Valor Económico e o motorista que os transportava, as direcções do Jornal Valor Económico e da Rádio Essencial tornam público o seguinte:

1. Os jornalistas Suely de Melo e Carlos Tomé, o fotógrafo Santos Samuesseca e o motorista Leonardo Faustino foram detidos às 10h27 minutos de sábado, nas imediações do Comando Provincial de Luanda. Eles estavam devidamente identificados como jornalistas e fizeram questão de informar a Polícia que estavam em serviço.
2. A detenção ocorreu quando os quatro profissionais já deixavam o local da manifestação, de tal sorte que foram retirados por agentes da Polícia abruptamente da viatura, que ficou abandonada na via pública. Os jornalistas foram agredidos pela Polícia e os telemóveis dos quatro, além da câmara fotográfica, foram apreendidos e não foram devolvidos até à data.
3. Após a detenção, os quatro profissionais passaram por várias esquadras da Polícia até se fixarem no Comando Provincial de Luanda, onde passaram as noites de sábado e de domingo e toda a manhã de segunda-feira, 26.
4. Enquanto os profissionais se encontravam detidos, as direcções dos órgãos desdobraram-se em vários contactos com diversas entidades, mas particularmente com a Polícia, que nunca explicou o motivo das detenções, mostrando mesmo dificuldade em confirmar a localização e o estado de saúde dos mesmos, o que gerou o pânico entre os familiares e colegas.
5. Perto das 15 horas de hoje, 26 de Outubro, os profissionais acabaram por ser libertados, obrigados a assinar um mandado de soltura com número de processo 11100/20-DCCO, depois de terem sido interrogados várias horas pelo Ministério Público.
6. Os profissionais acabaram, entretanto, libertados sem qualquer acusação e, até ao momento, nenhuma autoridade explicou a razão de os quatro terem passado mais de 50 horas detidos nas celas da Polícia.
7. As direcções da Rádio Essencial e do Valor Económico condenam veementemente esta clara tentativa de intimidação dos seus profissionais, corporizada numa violação grosseira e inaceitável de princípios e de direitos fundamentais.
8. As direcções da Rádio Essencial e do Jornal Valor Económico vão assim manter-se empenhadas na busca de esclarecimentos junto das autoridades sobre os motivos das detenções absurdas e arbitrárias dos seus profissionais e não descartam a hipótese de exigirem responsabilidades.
9. A Rádio Essencial e o Jornal Valor Económico asseguram que se vão manter firmes na defesa dos valores e dos princípios do jornalismo, como, de resto, sempre foi o seu apanágio.
10. As direcções da Rádio Essencial e do Jornal Valor Económico agradecem, finalmente, a todos os órgãos de comunicação social, aos colegas jornalistas, às organizações nacionais e internacionais e a todas as pessoas que, directa e indirectamente, se manifestaram solidários e que condenaram, de forma expressa, mais este atentando à liberdade de imprensa e indesmentível abuso de poder das autoridades. Um agradecimento muito particular ao Sindicato dos Jornalistas Angolanos, na pessoa do seu secretário-geral, Teixeira Cândido, que se dedicou enérgica e incansavelmente para a libertação dos nossos colegas.

Luanda, aos 26 de Outubro de 2020.

Pelas Direcções

Mercados & Negócios



MEMORIZE

● **Presiente** João Lourenço fixou em cerca de 15,4 mil milhões dólares as Reservas Internacionais Líquidas, até Setembro, quando estas estavam avaliadas em 9,3 mil milhões, uma diferença de 6,1 mil milhões.

AINDA SOBRE OS ENGANOS DO DISCURSO SOBRE O 'ESTADO DA NAÇÃO'

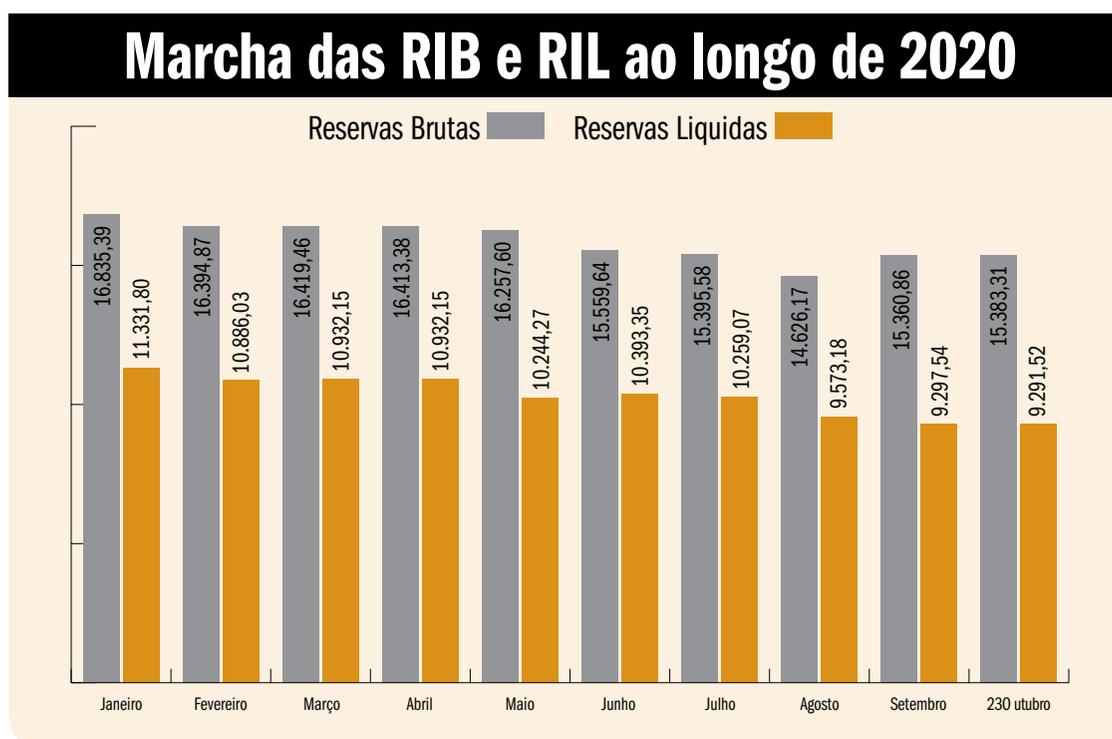
JLo atribui mais 6,1 mil milhões USD às RIL

ESTATÍSTICAS. Economistas consideram difícil entender lapso do Presidente da República que, ao invés de 9,3 mil milhões de dólares, disse que as Reservas Internacionais Líquidas são 15,4 mil milhões de dólares

Por Redacção

No discurso sobre o 'estado da Nação', João Lourenço citou o valor correspondente às Reservas Internacionais Brutas (RIB), 15,4 mil milhões de dólares, como sendo das Reservas Internacionais Líquidas (RIL), atribuindo a estas mais 6,1 mil milhões de dólares, face aos números registadas pelo Banco Nacional de Angola (BNA).

“Em relação ao mercado cambial, a introdução de um regime de taxa de câmbio mais flexível permitiu ajustar o valor da moeda nacional às condições do mercado e manter as Reservas Internacionais Líquidas do país em níveis adequados. Em fins do passado mês de Setembro, essas reservas situavam-se em 15,4 mil milhões de dólares, correspondendo a 11



meses e meio de importação de bens e serviços, a mais alta taxa de cobertura de importações”, salientou João Lourenço.

De acordo com o BNA, entretanto, a 30 de Setembro de 2020, o período referido pelo

Presidente da República, as RIL situavam-se em cerca de 9,3 mil milhões de dólares. Comparativamente a 30 de Setembro de 2019, registou-se um recuo de cerca de 8% face aos 10,1 mil milhões de dólares.

Tratando-se, claramente, de um lapso, a dúvida é se foi o Presidente da República enganado, se se tratou de um lapso técnico e ou de conveniência política, como referem alguns observadores. “Fica difícil res-

ponder, terá de ser mesmo o BNA a responder o que é que se passou”, respondeu a empresária Filomena Oliveira, enquanto o economista e antigo administrador do BNA, Leão Peres, prefere acreditar que se tratou apenas de um “lapso”.

Por sua vez, o economista Domingos Fortes também fala em lapso, mas alerta que, em política, os lapsos convêm a determinados momentos. “Como julgar este engano. Enganou-se, foi enganado? Este é que é o problema, é um pouco difícil. Sabe como é que são as coisas em política, nem sempre dois mais dois são quatro. Tudo depende do impacto, dos objectivos, do momento. Agora o Presidente também pode ter sido induzido em erro”, argumenta o economista.

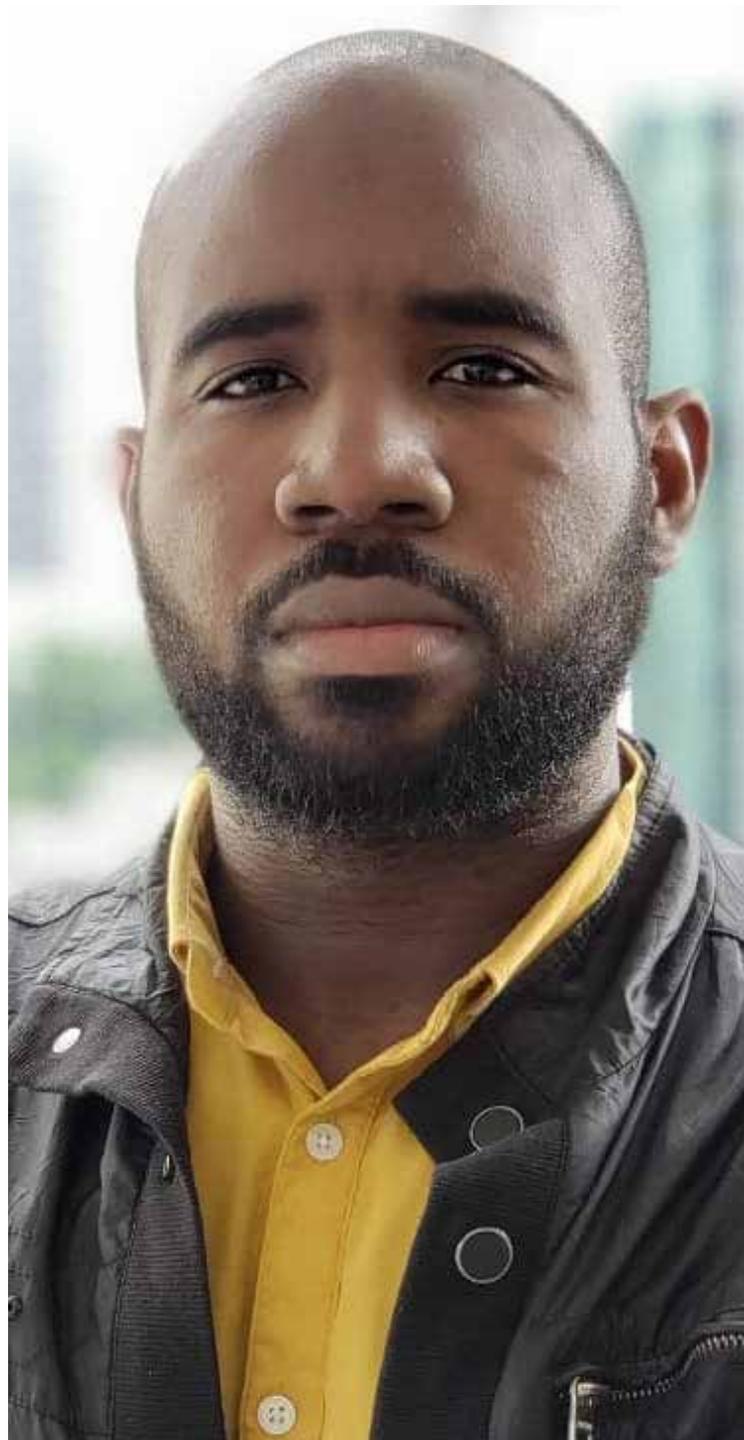
Entre o primeiro dia do ano e 23 de Outubro (última actualização do BNA), as Reservas Internacionais Líquidas recuaram cerca de 18% ao passarem de 11,3 para 9,3 mil milhões de dólares.

O BANCO de Desenvolvimento de Angola (BDA) disponibilizou uma linha de crédito de 142 mil milhões de kwanzas aos pequenos agricultores exclusivamente para a compra de insumos agrícolas.

AFIRMA CEO DA EMPRESA PENTTINALI, HÉLIO PEREIRA

“Não é normal as operadoras subirem preços duas ou três vezes”

COMUNICAÇÕES. Empresário critica a volatilidade de preços praticados pelas operadoras. E alerta que isso traz uma internet pouco atractiva para toda a gente.



Por Isabel Dinis

O CEO da empresa Penttinali, Hélio Pereira, considera “não ser normal” que as operadoras de comunicações subam os preços duas ou três vezes, em apenas um ano, principalmente num contexto de “vulnerabilidade” por causa da covid-19.

Num evento online, o especialista criticou a lei de partilha de infra-estruturas, aprovada em 2014 e que permitira, entre outros

benefícios, que os preços das telecomunicações fossem mais acessíveis, por “não se fazer” sentir” e que “não há, de todo, partilha” desde que a lei foi criada. “A lei existe e foi colocada em cima da mesa, mas falta bater na porta e obrigar. E para quem não cumprir, podem aplicar-se sanções.”

As operadoras podem partilhar estruturas como base de dados, sites, antenas, satélites, infra-estruturas rodoviárias, entre outras. Esta pode desencadear preços atractivos, produção de conteúdos e maior rapidez de pesquisa.

Hélio Pereira lembrou que, “infelizmente”, não existe um monitoramento “árduo” e “rígido” de bater na porta da operadora que

6,1

Milhões de angolanos usam regularmente serviços da internet

não queira partilhar. O empresário está convencido de que muitas empresas não optam pela partilha por não quererem concorrência e assim puderem praticar os preços que querem e o consumidor ser obrigado a pagar os preços praticados por elas. Dá exemplo da vizinha Namíbia, como um

país que partilha infra-estruturas e que se tem beneficiado com isso. “A internet é uma coisa boa e todo o mundo tem dinheiro para pagar, até as classes mais pobres”. E lembra que, com a partilha, a internet chega a lugares “inimagináveis e com qualidade”. E que foi envolvido um consórcio das operadoras para melhorarem a internet. O que uma operadora pagaria muito, ela consegue dividir estes custos.

Angola tem actualmente 6,1 milhões de utilizadores de internet. O preço de acesso internacional do cabo submarino Wacs é, em média, 700 vezes mais elevado do que os preços praticados em África.

BNA aplica sanções no valor de 604 milhões kz

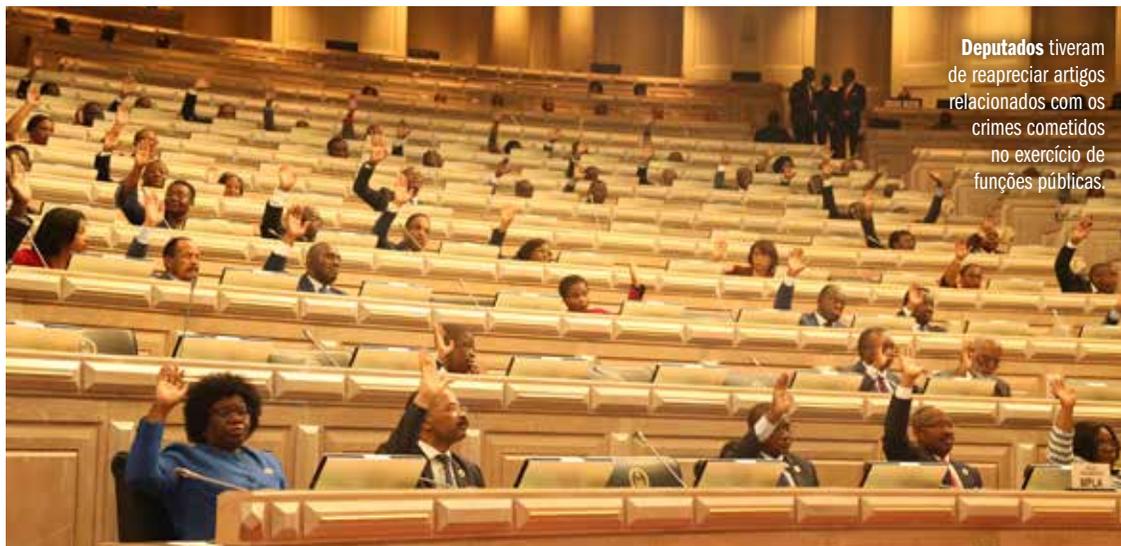
O Banco Nacional de Angola (BNA) encetou, entre 1 de Julho e 30 de Setembro deste ano, 192 processos sancionatórios, sendo 154 contra instituições financeiras bancárias e 38 contra as instituições financeiras não bancárias.

De acordo com o BNA, dos 154 processos contra bancos, 59 culminaram com a aplicação de medidas sancionatórias, sendo 57 sanções pecuniárias no valor global de mais de 604 milhões de kwanzas e duas admoestações. Na base das sanções, estiveram questões de natureza cambial, conduta financeira, incumprimento das normas sobre a execução de transferências em moeda nacional e tantas outras inumeradas pela entidade reguladora.

Já na aplicação de sanções a nove das 38 instituições financeiras não bancárias, a entidade reguladora encaixou mais de 28 milhões de kwanzas por incumprimento das normas sobre remessa de valores, incumprimento das normas prudenciais e outras várias irregularidades.



DE JURE



Deputados tiveram de reapreciar artigos relacionados com os crimes cometidos no exercício de funções públicas.

Mário Mujetes © VE

A 04 DE NOVEMBRO

Novo Código Penal vai à votação final

LEGISLAÇÃO. Diploma aprovado a 22 de Julho voltou a entrar na pauta depois da solicitação do Presidente da República para a reapreciação, para efeitos de promulgação, por estar “desfasado com o novo paradigma do país”.

Por Redacção

A Lei que aprova o Código Penal Angolano vai à votação final global, e em segunda deliberação, na Assembleia Nacional (AN) já no dia 04 de Novembro, durante a primeira reunião plenária extraordinária da 4.ª sessão legislativa da IV legislatura da AN, conforme deliberação dos líderes dos grupos parlamentares.

O novo Código de Processo Penal contém 18 títulos, 50 capítulos, 37 secções, 13 subsecções e 604 artigos.

O diploma, aprovado pelo Parlamento a 22 de Julho, voltou a entrar na pauta depois da solicitação do Presidente da República

para a reapreciação do texto final enviado pela AN, para efeitos de promulgação, por, na sua óptica, estar “desfasado com o novo paradigma do país”.

João Lourenço solicitou que a Assembleia Nacional reaprecie artigos específicos relacionados, fundamentalmente, com os crimes cometidos no exercício de funções públicas, e fez chegar ao presidente da AN uma carta a partilhar “reflexões e preocupações” sobre o diploma, acabando mesmo por solicitar a reapreciação de algumas das disposições antes de o promulgar.

As questões levantadas pelo Presidente da República prendem-se, essencialmente, com o resgate dos valores da probidade pública no exercício das funções e do compromisso nacional com a prevenção e combate à corrupção a todos os níveis.

Trata-se, por exemplo, de um direito que a Constituição confere ao Presidente da República, de “vetar” diplomas que contenham normas com as quais não concorda politicamente. O presidente do grupo parlamentar do MPLA, Américo Cunonoca, disse, a propósito, que o documento reapreciado foi conformado de acordo com as sugestões do Chefe de Estado.

Por seu turno, o presidente do PRS, Benedito Daniel, entende que a lei deve ser feita em função dos cidadãos que compõem um determinado país dada a sua realidade e com algum desejo daqueles que governam.

“Se o Presidente pediu a conformação e se não for em grande medida aquilo que são os direitos fundamentais dos angolanos, nós estamos de acordo, uma vez que vem salvaguardar o bem-estar dos angolanos”, afirmou o deputado.

ALEGADA GESTÃO DANOSA

PGR e SIC investigam acusações na Ordem dos Médicos

Os problemas na Ordem dos Médicos de Angola (Ormed) estão, já há algum tempo, sob a averiguação dos Serviços de Investigação Criminal (SIC) e da Procuradoria-Geral da República (PGR), a fim de se aferir a veracidade das acusações sobre alegados desvios de valores monetários e gestão danosa, informou a bastonária Elisa Gaspar.

A responsável disse, em conferência de imprensa, que os dois órgãos de justiça estão a examinar documentos, práticas e acções realizadas pelo actual elenco directivo da instituição, após hipotéticas calúnias e difamações proferidas pelo Conselho Regional Norte, sobre eventual desvio de 19 milhões de kwanzas, de entre outros comportamentos repudiáveis.

A médica justificou que os 19 milhões de kwanzas foram gastos, de Março a Dezembro do ano passado, em salários de funcionários internos; bilhetes de viagens e alojamento; transporte, combustível, manutenção e reparações; comunicação,

recarga e internet; energia e água; e pagamentos diversos, o que alguns membros não dominam.

Na sequência das alegadas acusações contra si, a pediatra de especialização disse que a Ordem abriu dois “processos-crime” junto das referidas entidades, que, em breve, os tornarão públicos, até se conhecer o veredicto.

Eleita a 28 de Abril de 2019, com 45,5 por cento dos votos, a bastonária foi destituída do cargo no último sábado (17 de Outubro), pelo Conselho Regional Norte, durante uma Assembleia-Geral Extraordinária, sem a alegada participação das ‘Alas’ Sul, Centro e Leste, que compõem as 4 regiões da Ordem dos Médicos de Angola, a nível das 18 províncias.

Conforme o Conselho Regional Norte, esta medida deveu-se, essencialmente, a uma suposta gestão danosa de bens financeiros e patrimoniais por parte de Elisa Gaspar. A responsável é acusada de ter supostamente desviado 19 milhões e 800 mil kwanzas, alocados pelo Ministério da Saúde, e de demonstrar falta de solidariedade à classe.



Elisa Gaspar, bastonária da Ormed

CHINA E RÚSSIA

Unidos para destronar o dólar

CONCORRÊNCIA A guerra comercial entre os EUA e a China levou a segunda maior economia do mundo a procurar diminuir a dependência na economia norte-americana. Ao virar da esquina estava a Rússia, pronta para se aliar, e entre os dois países o uso de ‘verdinhas’ caiu para 46% em 2020.



China e Rússia preparadas para reduzir a importância do dólar na economia mundial.

Por Redacção

Se a China, devido ao forte investimento em títulos americanos, evitou até aqui confrontos abertos com os EUA, as políticas de Donald Trump e a suas ameaças de sanções, obrigaram o gigante asiático a sair de cima do muro e a efectivar mudanças para se libertar do poderio americano.

E esse poderio é expresso em dólares que comandam ainda a maioria das reservas e transacções internacionais.

Uma realidade que há muito a Rússia manifestava vontade em ver mudar e que se tornou prioridade desde 2014, quando, por causa da Crimeia, a Rússia se viu alvo de sanções americanas e sentiu necessidade de contornar o uso do dólar. O recurso à moeda americana carece sempre de passagem pelas instituições bancárias da maior economia mundial e, por isso, está sujeita a congelamentos de acordo com as instruções do governo americano.

Quando Trump impôs pesadas tarifas às importações chinesas e ameaçou as relações bilaterais com a China, o governo chinês passou a ver as

‘dores’ dos russos, como possibilidade futura para os seus e decidiu tomar medidas para minorar a exposição e a dependência do dólar.

Em Junho do ano passado, os presidentes Vladimir Putin e Xi Jinping reuniram-se na Rússia e acordaram substituir o dólar nas suas transacções bem como a criação de um sistema de pagamento alternativo ao swift que é dominado pelos EUA. A aliança surpreendeu pelo direccionamento mais financeiro da orientação política do que o esperado comercial ou militar.

Para além da diminuição do uso do dólar entre os dois países de 90% em 2015 para 46% no início deste ano, foi firmado um acordo que prevê desde 2014 trocas de moeda directas de até 150 mil milhões de renminbi

(24,5 mil milhões de USD). E actualmente, ambos os países diminuem activamente as suas reservas em dólar.

A Rússia cortou mais de metade dos seus activos em dólar – mais de 100 mil milhões de USD – e aumentou de 5% para 15% as reservas em renminbi. E há três meses consecutivos que a China diminuiu paulatinamente os activos em títulos americanos, já que uma descida abrupta levaria também a uma perda de valor pelo que os economistas chineses aconselham cautela. No entanto, a diversificação do portfolio das reservas chinesas já se faz sentir. A China triplicou, desde o ano passado, as reservas em

dívida soberana japonesa para mais de 13 mil milhões de USD enquanto o dólar desceu de 1.8 biliões de USD em reserva para 1.07 biliões de USD.

A hegemonia do dólar assenta essencialmente na confiança na economia americana, mas também em outros factores nomeadamente a capacidade de manutenção do valor e limitada inflação e depreciação, e a abertura, liquidez e dimensão dos mercados americanos que sustentam a confiança na economia líder. Factores difíceis de destronar. No entanto, a aposta mundial no ouro, e a perda de valor continuada do dólar associada à banalização de sanções e das relações comerciais internacionais, têm o dólar fragilizado a ponto de ameaçar a sua posição.

(In)formalizando

CHINESES PASSAM A TER MAIS CONCORRÊNCIA DE ANGOLANOS

Desemprego leva jovens a abrirem pequenas casas de beleza

PEQUENOS NEGÓCIOS. Níveis de facturação no ramo deixaram de ser tão atractivos quanto os anteriores à pandemia, mas negócio informal da beleza continua a ser uma alternativa às limitações de ofertas de trabalho.

Por Guilherme Francisco

Diz o ditado que ‘a necessidade aguça o engenho’. E, com os níveis de desemprego a situarem-se em quase um terço da população economicamente activa, segundo estatísticas oficiais, muitos jovens decidiram interpretar o provérbio à letra. O resultado é que segmentos de pequenos negócios que vinham sendo dominados por cidadãos estrangeiros, no ramo da beleza, passaram a ter o concurso de jovens angolanos. É o caso das casas de manicure e pedicure que se multiplicam de forma exponencial pelas zonas urbanas e periféricas de Luanda.

O ingresso na actividade, até recentemente dominada por chineses, é feito principalmente por jovens dos 20 aos 32 anos, provenientes do Sul do país e da vizinha República Democrática do Congo. A estes juntam-se umas centenas que exerciam o ofício de forma ambulante. No entanto, apesar de muitos estarem a optar por instalar-se em pequenos recintos, continuam a actuar na infor-

malidade, além de que raramente são bancarizados. Mas têm uma justificação: a falta de informações sobre os requisitos para se verem incluídos no sistema bancário. Enquanto isso, em Viana, Palanca e Samba, todas localidades de Luanda, é notável a concorrência existente entre os pequenos empreendedores que também se instalam em salões de beleza, recintos de venda de bebida, comida e outros.

Marivaldo Manuel, 25 anos, há três meses decidiu abrir o seu pequeno estabelecimento de manicure e pedicure num pequeno espaço na residência em que habita, depois de “aturadas tentativas” de conseguir um emprego. O jovem teve de vender o seu smartphone a 20 mil kwanzas para dar os primeiros passos. Técnico médio de Ciências Biológicas, Marivaldo Manuel declara que chega a facturar diariamente entre 10 mil e 15 mil kwanzas, estes máximos sobretudo aos fins-de-semana. “Desde os 18 anos procurei por emprego, nunca fui admitido em nenhuma empresa que tenha batido à porta. Nos últimos tempos, a tendência de muitas empresas tem sido despedir ou decretar falência devido à crise, então decidi inverter os meus sonhos. Agora não penso em trabalhar para ninguém, quero ter a minha empresa”, confessa Mari-



valdo, que planeia já a abertura de um novo espaço, numa área diferente.

À semelhança de Manuel, Benvindo André, com um ano de operação, explica que encontrou, no pequeno negócio, uma fonte de sustento e de escapatória às estatísticas elevadas de desempregados. E embora tenha registado quebras acima dos 50% na facturação que, por conta da pandemia, recuou dos entre 20 mil e 25 mil para os 10 mil kwanzas, considera ser um “ofício rentável”.

INOVAÇÃO IMPÕE-SE

Para quem está há algum tempo na actividade, o momento é de procurar inovar no sentido de manter o negócio. Esperança Manuel, 24 anos, finalizou, em 2015, o ensino médio e também se empregou no ramo da beleza há dois anos, após três de luta pelo primeiro emprego. Para a jovem, actualmente, a concorrên-

20

Mil kwanzas, valor mínimo para iniciar o negócio de manicure e pedicure

cia é maior. “Nesta fase, estamos a remediar para que o negócio não feche, porque tenho agora muitos colegas e a pandemia reduziu o número de clientes. Tenho apostado em anúncios nas redes sociais e promoção para aumentar o meu leque de clientes residentes”, explica.

Com uma média diária de quatro clientes, que valem 7 mil kwanzas contra os 28 mil diários anteriores à pandemia, Esperança Manuel viu-se forçada a reduzir o salário de 18 mil das duas colaboradoras e agora paga de acordo com a produção. Ainda assim, pre-

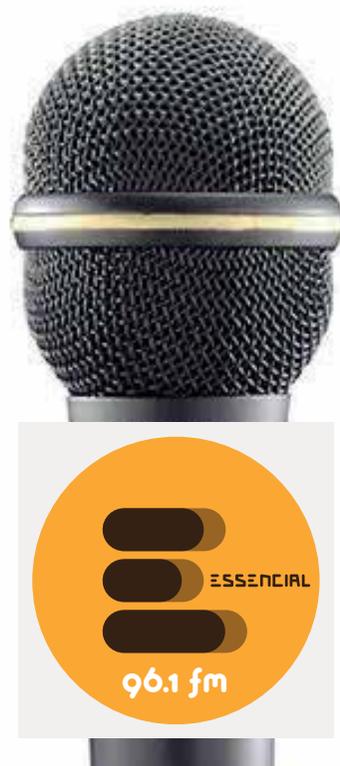
tende, no próximo ano, estender o negócio para outra localidade da capital.

Se vários se lançam na actividade sem qualquer formação na área, Djamil dos Santos exerce com conhecimento técnico. A jovem jurista cursou há 11 anos, mas, diante das dificuldades, decidiu colocar outros ensinamentos em prática. “Com o desemprego, as pessoas têm de fazer cursos, depois abrir negócio e procurar maximizar. O emprego é difícil, quando encontramos, não demora, somos despedidos, então, por isso, sempre gostei de trabalhar por conta própria”, explica. A jovem também declara uma facturação diária muito abaixo dos 30 mil kwanzas do passado, fixando-a actualmente nos 10 mil kwanzas por dia.

Segundo apurado, a maior parte dos operadores, geralmente, compra os produtos nos mercados do Kikolo e pela internet.

O QUE É
ESSENCIAL
NOS DIAS
DE HOJE?

96.1 fm



Opiniões

TRANSCOOP
Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



**SERVIÇO
PERSONALIZADO COM
CONFORTO E
SEGURANÇA**

O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda

Call center

(+244) 947 992 829

(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



Como medir a experiência do cliente?



Danilson Semedo,
Senior Manager
EY, Consulting
Services



Jorge Teixeira da Silva,
Senior Manager
EY, Consulting
Services

A maioria das organizações diz que é centrada no cliente, mas tudo aquilo que avaliam é centrado na empresa. Os proveitos, o crescimento e os principais indicadores que medem o desempenho dos clientes na empresa, são indicadores associados a transações (valor monetário). Porém, as organizações que procuram centrar-se no cliente também devem medir o desempenho da empresa junto dos clientes – indicadores de relacionamento (valor emocional).

Os clientes trazem em cada interação com a empresa/organizações um objectivo, seja ele associado a um problema, a uma necessidade, a uma intenção, seja, porventura, a uma dúvida. No final, existe sempre um resultado e o cliente fará a sua avaliação de acordo com o cumprimento das suas expectati-

vas – a sua experiência. Tendo em conta o papel central do cliente enquanto motor que impulsiona o crescimento e o desempenho de uma empresa, é fundamental desenvolver estratégias destinadas para medir e otimizar indicadores de experiência – sejam eles de clientes ou de partes relacionadas. Quanto mais a atenção da empresa estiver focada em resultados importantes para seus clientes, melhor será o desempenho em resultados importantes para os negócios da empresa. Assim, é preciso, em primeira mão, compreender os elementos que permitem identificar as métricas que os clientes valorizam na interação com o banco e, evitar erros comuns que as empresas cometem ao tentar definir seus próprios indicadores, sem envolver os clientes. Um exemplo é simplesmente adoptar indicadores de uma outra empresa; a criação de ‘focus group’ que não são representativos da base de clientes; e pesquisas relativas e pouco densas que procuram respostas imediatas e sem grandes custos associados.

Tradicionalmente, o Net Promoter Score (NPS) – que mede a disposição de um cliente em recomendar produtos ou serviços de uma empresa a terceiros é utilizado com um “indicador de cliente”. Mas, na realidade, apenas as empresas se preocupam com o NPS; os clientes não. Portanto, o NPS é apenas um KPI. Embora possa ser um proxy do desempenho de uma empresa junto dos seus clientes, o NPS não

fornece uma rastreabilidade directa a nenhum resultado ou expectativa de cliente, nem demonstra onde a empresa pode estar aquém.

Recentemente, temos assistido à aplicação de abordagens, alternativas, mais eficazes para identificar os indicadores de clientes (IC’s) que podem estar associados aos resultados que os clientes esperam ao interagir com pessoas, sistemas, processos como resposta a sua interacção com a organização – pesquisa contextual – um método etnográfico de pesquisa no qual especialistas conversam ou observam os clientes nos ambientes reais (casa, lojas, contact center, digital, etc.) em que os clientes pensam ou tentam alcançar os resultados pretendidos na interacção.

As empresas que se transformam para adoptar IC’s – e a cultura e práticas centradas no cliente que geram IC’s – superam, cada vez mais, os concorrentes e estão mais bem preparadas para um crescimento constante, diferenciado e defensável. Dirão porquê? A resposta é simples: os processos de estudos etnográficos, permitem ter uma relação muito mais próxima com a comunidade e perceber os seus desafios, algo que não se consegue concretizar com abordagens tradicionais. Neste sentido, a solução passará por: depois de determinar os IC’s da sua organização, medi-los e procurar perceber o seu potencial impacto relacional que cada um pode ter em um ou mais de seus KPI’s.

“Chegou a altura de fazer a OMC funcionar para todos os países-membros, não apenas para as grandes potências cujo sucesso económico mundial foi construído através do protecçãoismo.”

O momento de a OMC ser a favor de África



Kingsley Chiedu Moghalu, ex-governador do Banco Central da Nigéria

A escolha do próximo director-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) entrou na fase final, restando dois candidatos na corrida: Ngozi Okonjo-Iweala, ex-ministra das Finanças e Economia da Nigéria e ex-directora-geral do Banco Mundial, e Yoo Myung-hee, ministra do Comércio da Coreia do Sul. Tendo em vista os desafios actuais da OMC, Okonjo-Iweala é a melhor escolha.

A OMC enfrenta duas grandes crises: uma institucional causada pela rivalidade das grandes potências entre os EUA e a China, e uma da globalização – da qual a OMC, como supervisora das regras de comércio mundial, é um símbolo importante.

As tensões comerciais sino-americanas paralisaram a organização, com os EUA a bloquearem a nomeação de novos juizes para o seu órgão de recurso, o que trabalha para resolver disputas comerciais entre os países-membros. Além disso, a crise da covid-19, outra fonte de tensão entre grandes potências, levou muitas empresas a considerar a realocação das suas produções para reduzir a sua dependência dos fornecedores chineses atingidos pela pandemia, o que perturba as cadeias de abastecimento globais que são cruciais para o comércio mundial.

Se for escolhida para ficar à frente da OMC, Okonjo-Iweala tem as credenciais de liderança para restabelecer a relevância de uma organização falida. A OMC precisa de um líder mundial com provas dadas, bastante conhe-



cedor do papel do comércio no desenvolvimento, em vez de um burocrata comercial que possa não ter uma visão mais abrangente. Com a sua experiência no Banco Mundial (onde os EUA e a China são os principais jogadores) e como ministra das Finanças reformista na Nigéria, Okonjo-Iweala, formada em Harvard e no MIT, tem uma rara combinação de competências de liderança política e competência tecnocrática comprovada.

A OMC precisa de um líder que possa criar consenso, porque o desígnio da organização não permite uma liderança descendente. E Okonjo-Iweala tem a seriedade necessária para construir pontes entre os EUA e a China, por um lado, e entre a OMC e África, por outro.

Apesar de ser amplamente considerada como a próxima fronteira do mundo em termos de investimento e desenvolvimento, África é essencialmente um espectador no sistema de comércio mundial, que representa uns escassos 2% das exportações mundiais. Embora o continente seja um mercado crescente para os produtos da globalização, não beneficia muito do comércio mundial, devido à sua presença limitada nas cadeias

de valor globalizadas. Em vez disso, África comercializa principalmente produtos agrícolas e recursos naturais, enquanto a maior parte do comércio mundial se concentra em sectores de produção e de serviços.

África precisa de comercializar com o mundo da mesma forma que outras regiões, mas o sistema de comércio mundial está a manter o continente subdesenvolvido. Os países industrializados, em particular, cobram tarifas baixas sobre as importações de matérias-primas africanas, mas mais altas sobre produtos acabados africanos – na verdade, mais altas do que para produtos similares importados de outras regiões.

O comércio mundial de hoje está, portanto, unido contra África. Para ajudar a corrigir este desequilíbrio, as disposições de tratamento especial e diferenciado da OMC para os países menos desenvolvidos devem permitir que os governos africanos forneçam protecção tarifária temporária para fabricantes nacionais que estejam a dar os primeiros passos, dentro das regras da OMC. Poderíamos chamar a essas medidas necessárias e temporárias de 'protecçãoismo inteligente'.

De um modo geral, chegou a

altura de fazer a OMC funcionar para todos os países-membros, não apenas para as grandes potências ou países cujo sucesso económico mundial foi construído através do protecçãoismo comercial, mas que agora procuram 'retirar a escada de apoio' aos países em desenvolvimento. Este reequilíbrio estrutural, que ampliará a esfera global da prosperidade, é melhor mediado por um líder da OMC que não seja proveniente de uma grande potência comercial.

Além disso, actualmente os países africanos não usam o sistema de resolução de conflitos da OMC, porque são muito frágeis para enfrentar os países doadores, sejam as potências ocidentais ou a China. Assim, os produtos chineses, por exemplo, têm sido 'despejados' nos mercados africanos sem consequências. Okonjo-Iweala tem as competências para criar um consenso sobre como dar uma oportunidade a África no sistema de comércio mundial.

Muito também dependerá do resultado das eleições presidenciais dos EUA a 3 de Novembro. O presidente Donald Trump acredita que a China manipulou o comércio mundial em detrimento dos interesses nacionais dos EUA, enquanto a China pensa que os

EUA rejeitaram o regime baseado nas regras da OMC. Resolver essa tensão exige que ambas as potências encontrem a vontade política de chegar a um acordo. Também exige um líder no desenvolvimento mundial, como Okonjo-Iweala, que desempenhou funções em comissões de desenvolvimento internacional com actuais e ex-chefes de governo, para facilitar uma reaproximação. Mas, independentemente de quem vença a 3 de Novembro, a pandemia de covid-19 enfraquecerá inexoravelmente a globalização, à medida que os EUA e outros países procurarão reduzir e localizar cadeias de abastecimento.

Enquanto isso, a importância do comércio mundial para o desenvolvimento humano tornar-se-á novamente evidente quando milhares de milhões de doses de vacinas para a covid-19 estiverem disponíveis, provavelmente em algum momento de 2021. Como presidente do conselho da Gavi, Aliança Global para as Vacinas, Okonjo-Iweala desempenhou um importante papel de liderança nas negociações para tornar as vacinas amplamente disponíveis nos países em desenvolvimento.

O antecessor da OMC, o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, foi originalmente concebido como parte do sistema de Bretton Woods após a II Guerra Mundial, mas o fraco apoio político interno nos EUA atrasou o seu estabelecimento. O Fundo Monetário Internacional tem sido dirigido desde a sua fundação por europeus e o Banco Mundial por norte-americanos. Esta 'realpolitik' bloqueou a proposta de Okonjo-Iweala para chefiar o Banco Mundial há quase uma década.

Está mais do que na altura de eliminar esse sistema de favoritismos e de o mundo em desenvolvimento finalmente ter a sua oportunidade. E com Okonjo-Iweala, a Nigéria e o mundo têm uma candidata altamente competente para liderar a OMC.

Opiniões

E agora pergunto eu...



Geralda Embaló
Directora-Geral
Adjunta

Na semana passada, foi o último debate entre os candidatos à presidência da nação mais poderosa do mundo e adormeci no sofá à espera. O interesse naquele debate não é só devido ao facto de os EUA continuarem a deter o poder sobre a economia mundial, porque as principais commodities, como o nosso petróleo, e as reservas internacionais são vendidas e feitas em dólares. O interesse vem sobretudo do facto de os EUA representarem os valores democráticos e do capitalismo que adoptámos como nossos em Angola. Se adoptámos esses valores, convém acompanharmos os seus exemplos mais emblemáticos, aprendermos com eles as coisas boas e, sobretudo, as que devemos evitar.

Poder assistir a um debate entre políticos, com argumentos que tentam convencer o eleitorado, para qualquer angolano é um luxo. Ler críticas fundamentadas e opiniões diferentes sobre questões políticas e que ainda assim conseguem coexistir é um luxo.

É verdade que o debate passado foi uma baixaria de todo o tamanho e que o objectivo de se ouvir propostas e posições de governo falhou completamente, porque Trump transformou o debate num 'reality show' – como diz Obama. Mas também é verdade que se tiraram as devidas lições e este último corrigiu essas falhas e obrigou tanto Trump a deixar Biden falar como Biden a ser mais assertivo e a concluir melhor as suas ideias.

Daquele exemplo de democracia, em que todos têm voz, saem, por vezes, resultados diversos baseados não tanto em ideologia



Libertem os jornalistas
Free the journalists

emocional (que maioritariamente governa o voto) mas em questões concretas como os impostos por exemplo. O rapper 50 Cent disse que apoiava Trump porque “não estava interessado em passar de 50 para 20 Cent”; não estava interessado no plano de pôr os ricos a pagar mais impostos, isto apesar de dizer que Trump não “gosta de pretos”. Trump é divisionista, fanfarrão e gabarolas (como aliás são muitos líderes populistas hoje em dia), mas não é fã de impostos e por isso muitos endinheirados, embora não o digam em voz alta, apoiam-no incondicionalmente. Racionalidade financeira acima de emoções partidárias.

Por aqui o voto não tem nada de racional porque não se sabe que planos concretos têm os candidatos, vota-se MPLA ou Unita porque sempre se votou assim ou por falta de alternativas credíveis. Não se sabe o que um ou outro planeiam em termos de políticas concretas, se vão cobrar mais ou menos impostos. E fazer um rewind do debate

político é um luxo que não temos, simplesmente porque não temos debates entre candidatos presidenciais sendo que aqui seriam muito mais necessários, já que, em Angola, os poderes do Presidente da República são quase ilimitados. E por isso nós, os eleitores, devíamos poder conhecer os candidatos bem melhor antes de votar neles. Os debates, como muitas outras coisas, deviam ser questão de procedimento institucional porque são as instituições que devem ser mais fortes, não as pessoas ou os líderes, que esses vão e vêm e têm as suas próprias agendas, digam o que disserem.

Os representantes dos partidos que vemos falar, mesmo quando falam em representação dos seus partidos, são relativos, são um recurso usado enquanto tem utilidade e descartáveis a qualquer momento, não vinculam a opinião dos candidatos à presidência. Assim como são descartáveis mas usadas enquanto têm utilidade as brigadas que espalham desinfor-

mação e fake-news quer por boatos, por meios que se prontificam para isso e online sobretudo pelas redes sociais.

O líder da Unita queixou-se de que as “oficinas de fake news do MPLA” criaram e puseram a circular falsificações de documentos. E agora pergunto eu de onde sai o financiamento para essas oficinas que empregam gente para espalhar boatos, maldizer, atacar pessoas que não veneram o partido? Sabendo da crise e da dificuldade de destrinçar dinheiro público de dinheiro ‘do partido’ que têm tantas vezes os nossos dirigentes, não serão estas oficinas pagas com dinheiros públicos? É grave tirar dinheiro seja de onde for nesta altura para pagar esse tipo de investida. É vergonhoso. Assim como é vergonhoso que, para lhes dar resposta, se vejam contra-ataques com o mesmo propósito e o mesmo nível. Olho por olho fica o mundo todo cego. A violência deve ser veementemente condenada por todos. Sempre.

Além de faltarem debates de

ideias na nossa política, de faltar conhecimento sobre políticas, de faltar transparência, estas demonstrações de mau carácter, de má índole, de intolerância e incapacidade de respeitar a diferença envergonham-nos, são prova de imaturidade democrática, provas de atraso e de selvajaria. Merecemos todos melhor.

Até aqui leu o conteúdo do espaço “e agora pergunto eu” da rádio Essencial, um dia antes de serem detidos e violentados jornalistas em serviço de reportagem pela Polícia, e de ser obrigada a lembrar que a liberdade e o bem-estar dos meus colegas também se pode tornar um luxo.

Aviolência covarde contra jornalistas em serviço é prova de autoritarismo e de que não se aprende nada, nem com o melhor do capitalismo que imitamos (até porque o Estado continua a controlar tudo, todas as instituições tal como controla a iniciativa privada) e certamente é prova acabada de que não se aprende com os exemplos de democracia. As notícias da repressão da manifestação, feita de forma infantil mas violenta, escudada em normas de prevenção da covid-19 aplicadas horas depois do anúncio, por decreto publicado a meio da noite atabalhoada e desajeitadamente, bem como as notícias da prisão de jornalistas e manifestantes que correram mundo, só contribuem para o triste cartão de visita que veem os potenciais investidores que o Executivo também assumiu que viriam.

E agora pergunto eu, onde está a maior liberdade de imprensa que o Presidente tanto vende lá fora? Onde está mais transparência, menos concentração de poderes, mais democracia?

Promessas que continuamos à espera que se materializem. Até lá vamos continuar a contribuir como sabemos. A informar o público, a oferecer o contraditório e a resistir à opressão. Se há mérito que não pode ser retirado ao chefe de Estado é o de expor a olhos vistos que a falência de valores, a incompetência, o discurso divisionista e sobranceiro, a opressão, a alergia ao contraditório e a violência autoritária não são males de um só homem, ainda que seja o que homem que manda. São males maiores e que o ultrapassam e que a substituição desse homem não corrige.

São males de sistema e é esse que carece de mudanças mais profundas.



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te

Sobre Ver tudo

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos teus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

Fotos Ver tudo



Edição 231 Partilhas 53 Likes 539 mil

A edição 231 do Valor Económico chegou a cerca de 30 mil internautas e na página do VE a capa mereceu vários comentários dos internautas a temas como a poupança a que o presidente se referiu e que os empresários dizem que se deve à queda do consumo, a venda do EuroBIC e a investigação da PGR ao ex-Vice-Presidente, Manuel Vicente. Entre mais de 30 mil pessoas alcançadas a página do VE reuniu cerca de 5 mil interações entre comentários, partilhas e emoções.

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico. Gralhas e discussões pessoais são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



José Adriano Cassule DitubaDyan'gana

Loucos pelo consumidor só não somos capazes de comprar e produzir. Coisa nossa pela formatação



Benjamín Fernandes Tungaica

Trabalho do FMI, namorado autoritário, manda a namorada lhe agradecer, vamos ver até aonde vai essa relação de doce e amargo.



Rui Nobre Garção

Manobras para valorizar o que não tem grande valor...já há 3 propostas sérias entregues, isto é palhaçada...



José Carlos Da Costa Fernandes

Bem... Há aqui qualquer coisa que não entendo eu e muita gente está também com esse Sr.º. Manuel Vicente. Afinal que estatuto tem esse Senhor? Com tantas embrulhadas e tralhas ao que se diz e continua aí a passar por entre os pingos da chuva. Se o processo que rolou por entre Luanda e Lisboa, o PR. JLO, se opôs e travou e bem, uma vez que é cidadão Angolano, estamos de acordo. Agora, está na hora de se investigar e pôr a limpo os factos. Agora "PGR OBRIGADA" a investigar? Não tem que ser investigada! Pode e já devia estar a investigar. As imunidades tiram-se. A Assembleia Nacional tem plenos poderes para o efeito. Cito, JLO, na tomada de posse;- Ninguém é tão poderoso que possa escapar à justiça. De contrário está-se a dar voz aos que dizem que, estamos numa perseguição selectiva!... Outro sim, ao investigar e julgar os factos, ou se conclui que tem culpas no cartório ou é inocente... Não andamos aqui no que diz que, porque etc... Disse.



Antonio Monteiro

Concordo perfeitamente



Hood Flow

MV é mais um nesta peça de xadrez



Jose Daniel Chipilica Chipilica

A solução final...



Divaldo Cruz

Está em todas!!!



Otchally Chicupe Gany

Os implicados nestes processos usaram esta peça pensando que o MV é protegido do Kota, com intuito de abrandar o processo. Na jogada de xadrez às vezes é bom dar a entender que estás a proteger certa peça para quando fazer saídas em falso a peão dar xeque mate. Acreditem o atual chefe do executivo joga bem xadrez tudo será revelado em 2021.



Nanda Ladeira

Esse parlamento devia-se chamar... Casa oficial dos gatunos e criminosos



Cassiano Sousa

TUDO CONVERSA PARA MATUMBO DORMIR, COMO TEM SIDO ATÉ AGORA!!



Tavares Lopes

Governantes sem juízo até o chefe entendeu fugir

Para receber o seu VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

Iban: 0051 0000 7172 9933 1512 7

Covid-19

ATÉ MAIO DE 2021

Espanha regressa ao Estado de Emergência

O Conselho de Ministros de Espanha aprovou, este domingo, um novo estado de emergência que vai vigorar desta vez por seis meses.

Será interdito circular entre as 23h00 e as 6h00, configurando aquilo que a imprensa espanhola chama de “confinamento nocturno”.

Porém, desta vez, está previsto que o estado de emergên-

cia tenha uma duração de seis meses, mais precisamente até 9 de Maio, passando a vigorar o recolher obrigatório tendo cada comunidade autónoma margem para atrasar ou adiantar uma hora o horário de recolhimento. Não está previsto o encerramento de fronteiras e as Canárias terão um estatuto excepcional devido ao baixo nível de contágio e à importância do turismo.

Estão também previstas outras restrições, nomeadamente ao nível dos encontros sociais. Não poderão reunir-se mais de seis pessoas, excepto de forem coabitantes. Deslocações entre comunidades autónomas vão ser proibidas, excepto em situações devidamente justificadas por razões de saúde ou trabalho. O controlo será feito pelas forças de segurança. O objectivo, segundo

o primeiro-ministro espanhol, Pedro Sanchez, é fazer com que o número de casos por 100 mil habitantes baixe para 25. Neste momento, em Espanha, há 400 casos de infectados por covid-19 por 100 mil habitantes.

O vírus da covid-19 já infectou, até ao momento, mais de um milhão de pessoas em Espanha. Morreram cerca de 35 mil pessoas.



POR SER TÃO CONTAGIOSA

Casa Branca admite que EUA poderão não controlar a pandemia

A Casa Branca admitiu que os EUA não poderão controlar a pandemia por ser tão contagiosa, numa mudança à postura de minimização da gravidade da crise, numa altura em que há novos recordes de contágios.

A nova postura foi assumida pelo chefe de gabinete do presidente norte-americano, Donald Trump, Mark Meadows “Não vamos controlar a pandemia, vamos controlar o facto de conseguirmos vacinas, terapias e outras formas de mitigá-la”, afirmou durante uma entrevista à cadeia televisiva CNN.

Questionado sobre porque afirmava não ser possível controlar a pandemia de covid-19, Meadows respondeu: “Porque é um vírus muito contagioso, como o da gripe”, acrescentando que a Casa Branca está a tentar contê-lo.

Os seus comentários acontecem

um dia depois de Trump ter insistido que os Estados Unidos estão a “virar a página” da pandemia e que os dados sobre a incidência no país são incríveis, considerando que a subida do número de casos não é algo para causar alarme.

Na sexta-feira, os Estados Unidos registaram um recorde diário de novos contágios de covid-19, com mais de 85.000 em apenas 24 horas, e no sábado quase tocou essa marca, com 83.178, segundo dados da Universidade Johns Hopkins.

Quase 8,6 milhões de norte-americanos foram infectados pelo novo coronavírus desde o início da pandemia, e espera-se que hoje seja ultrapassada a barreira de 225.000 de mortos devido a esta infecção, mais do que em qualquer outro país.

A nova subida de casos nos Estados Unidos afecta sobretudo na zona oeste do país.



POR CAUSA DA COVID-19

Bélgica no limite da capacidade dos cuidados intensivos

A Bélgica está prestes a ultrapassar a barreira dos 1.000 pacientes de covid-19 nos cuidados intensivos e poderá chegar ao limite máximo de 2.000 dentro de duas semanas

O anúncio foi feito pelas autoridades de saúde belgas. “Nos próximos quatro dias (a partir de terça-feira), até ao final da semana, deveremos ultrapassar a barreira dos mil pacientes nos cuidados intensivos. Se não houver nenhuma alteração na curva do nosso comportamento, deveremos chegar, em 15 dias, aos 2.000 pacientes nos cuidados intensivos, que é a nossa capacidade máxima”, revelou em conferência de imprensa, o porta-voz federal para a Saúde, Yves van Laethem.

Segundo os dados divulgados, a Bélgica registou, esta segunda-feira, uma média de 12.491 casos nos últimos sete dias, para um total de 321.031 desde o início da pandemia, e um total de 757 pacientes de covid-19 internados nos cuidados intensivos.

Van Laethem sublinhou a necessidade da limitação de contactos, apelando a que cada um assuma as suas responsabilidades.

Na região de Bruxelas, entram hoje em vigor novas regras, mais rigorosas do que as nacionais, com recolher obrigatório entre as 22:00 e as 06:00, ginásios, salas de espectáculos e locais de culto encerrados.

Apesar de as autoridades terem deixado de testar assintomáticos, continuam a ser realizados cerca de 80 mil testes por dia na Bélgica, sendo que um em cada cinco é positivo na média nacional e a taxa de reprodução do coronavírus SARS-CoV-2 é de 1,487.

PORTUGAL já efetuou mais de 3,2 milhões de testes de diagnóstico à covid-19 e a aplicação móvel de rastreio de contactos 'StayAway Covid' já teve mais de 2,4 milhões de 'downloads'



LEI PROMULGADA PELO PR

Cabo-Verdianos obrigados a usar máscara na via pública

O presidente cabo-verdiano, Jorge Carlos Fonseca, anunciou que promulgou a legislação, aprovada recentemente pelo parlamento, que torna obrigatório o uso de máscaras faciais em todos os espaços públicos, incluindo a via pública.

Esta medida entrará em vigor sete dias (a contar desta segunda-feira) após a sua publicação em Boletim Oficial, o que ainda não aconteceu, conforme previa o diploma legal aprovado, por unanimidade, após consensualização entre o governo e os deputados.

O parlamento cabo-verdiano aprovou, a 16 de Outubro, por unanimidade, a "utilização obrigatória" de máscara para quem circula ou permanece em todos os espaços públicos do arquipélago, para conter a transmissão de covid-19, prevendo multas até 135 euros.

A proposta de lei foi levada pelo governo, com carácter de urgência, à primeira sessão parlamentar ordinária de

Outubro, alargando a obrigatoriedade do uso de máscara facial – que já se aplicava desde Maio nos transportes públicos e no interior das empresas – a todos os espaços públicos, incluindo na via pública.

Ficam de fora desta obrigação os menores de 10 anos e pessoas com problemas de saúde, aplicando-se a mesma em todo o território nacional, a pessoas em situação de contacto próximo na via pública que não partilhem a mesma residência, embora com exceções também para a prática de educação física com distanciamento social e prática de etiqueta respiratória.

Este regime vai substituir o que estava em vigor desde 02 de Setembro, cujo decreto-lei estipulava o uso de máscara facial nos espaços públicos como um "dever cívico de todos os cidadãos" e que "a actuação das forças e serviços de segurança" teria apenas "carácter pedagógico e orientador".

NAS NOVAS MEDIDAS DO ESTADO DE CALAMIDADE

Comércio, restaurantes e mercados com horários mais restritos

O Comércio, restaurantes e mercados vão ter horários de funcionamento mais restritos e novas regras devido ao aumento de casos de covid-19.

O anúncio das novas medidas foi feito pelo ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente, Adão de Almeida.

As novas medidas começaram a vigorar a partir das 00:00 de dia 24 de Outubro, também por um período de trinta dias, como o anterior decreto, prolongando-se até 22 de Novembro, visam "evitar descontrolo da situação devido à diminuição da capacidade de resposta hospitalar", justificou o ministro.

O comércio de bens e serviços recua das 21:00 para 20:00, sendo a força de trabalho reduzida para um máximo de 50%, enquanto os restaurantes e similares só podem funcionar para serviço presencial até às 16:00, sendo permitido o 'take away' a partir desse horário.

Adão de Almeida salientou que está proibida a existência de pistas de dança nos restaurantes, alguns dos quais têm estado "transformados em casas de diversão nocturna", sendo o incumprimento sancionado com multas que vai de 250 a 350 mil kwanzas.

Os mercados passam de cinco a três dias por semana às ter-

ças-feiras, quintas-feiras e sábados, das 06:00 às 15:00 e podem ser encerrados sempre que não há cumprimento das regras. O mesmo é válido para a venda ambulante, sendo as multas agravadas entre 10 e 15.000 kwanzas.

A prática desportiva individual só será possível entre as 5:00 e 07:30 podendo ser realizada também entre as 17:30 e as 19:30, com multas entre 20.000 e 30.000 kwanzas para quem pratique exercício fora do horário estabelecido. As actividades e reuniões podem ser realizadas em espaços até 50% da capacidade, ficando novamente proibidos os espectáculos de música e de dança.



DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR

Governo recua nas aulas presenciais

O Governo decidiu recuar nas regras para actividades lectivas presenciais devido ao aumento do número de casos de covid-19, e suspendeu a retoma em regime facultativo do ensino pré-escolar e primário.

O anúncio foi feito pelo ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente, Adão de Almeida na actualização das novas regras da situação de calamidade que entram em vigor às 00:00 de sábado, 24 de Outubro. O anterior

diploma previa a possibilidade da retoma (hoje) do ensino pré-escolar em regime facultativo, mas o Governo optou pela proibição, decisão que será aplicada nas escolas angolanas ou nas escolas internacionais "que são obrigadas a suspender a actividade presencial" neste grau de ensino.

A nova lei introduz ainda o "princípio de cooperação entre o sistema de educação e autoridades sanitárias nas escolas internacionais, já

que a actividade lectiva deve ser feita em concertação com as autoridades competentes", salientou o ministro. As crianças entre a 1ª e 5ª classe (ensino primário) continuam dispensadas da actividade lectiva presencial, enquanto às actividades lectivas para os graus entre a 6ª classe e a 13ª, bem como o ensino superior continuam, sendo "especialmente recomendado o acompanhamento da situação epidemiológica".

Marcas & Estilos



Que luz escultural!

Esta luminária inteligente é definitivamente uma grande peça de arte adicional para qualquer casa; quando fechada, o Smart Book Light camufla-se num livro de madeira cortado a laser, mas, quando aberto, transforma-se numa luz escultural.



Bastante sugestivo

Com esta saqueta, vai poder criar a sua bebida totalmente natural em minutos. Este Cocktail Steep't é bastante sugestivo e proporciona ao seu apartamento um cheiro agradabilíssimo.



AUTOMÓVEL

Suave, rápido e eficiente

O Continental GT apresenta linhas limpas e super-formadas e um corpo largo e baixo, evocando uma sensação de velocidade e presença. Ao desfrancar o carro, uma sequência pré-programada de iluminação externa recebe-o. Os assentos são de estilo minimalista, com um design aerodinâmico que garante que sejam tão confortáveis quanto elegantes.

Criado para uma condução sem esforço e emocionante, o Bentley é construído sobre um chassi inovador e arquitetura eléctrica, apresentando um motor W12 de 6,0 litros completamente novo e uma transmissão de dupla embraiagem de 8 velocidades, para mudanças suaves, rápidas e eficientes.

AGENDA

LUANDA

ATÉ 1 DE NOVEMBRO

Exposição 'RecicArte', do artista plástico Paulo Amaral, no Centro Cultural Brasil-Angola (CCBA). Os interessados devem agendar a visita através do número 948 102 049.

30 DE OUTUBRO

O fotógrafo angolano Mauro Sérgio inaugura a exposição 'CaDespedida', na Galeria Tamar Golan, às 18 horas. A mostra vai ficar disponível até 20 de Novembro e poderá ser visitada de segunda a sexta-feira entre as 9 e as 17 horas.

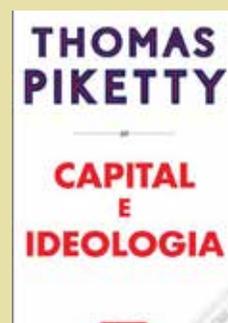
19 E 20 DE NOVEMBRO

1.º Congresso Angolano de Direito Bancário, no hotel Trópico, com transmissão online via Zoom, às 14 horas. As inscrições podem ser feitas via telefónica (915 854 786 ou 929 307 035) ou por e-mail (altafinanca.congressos@gmail.com).

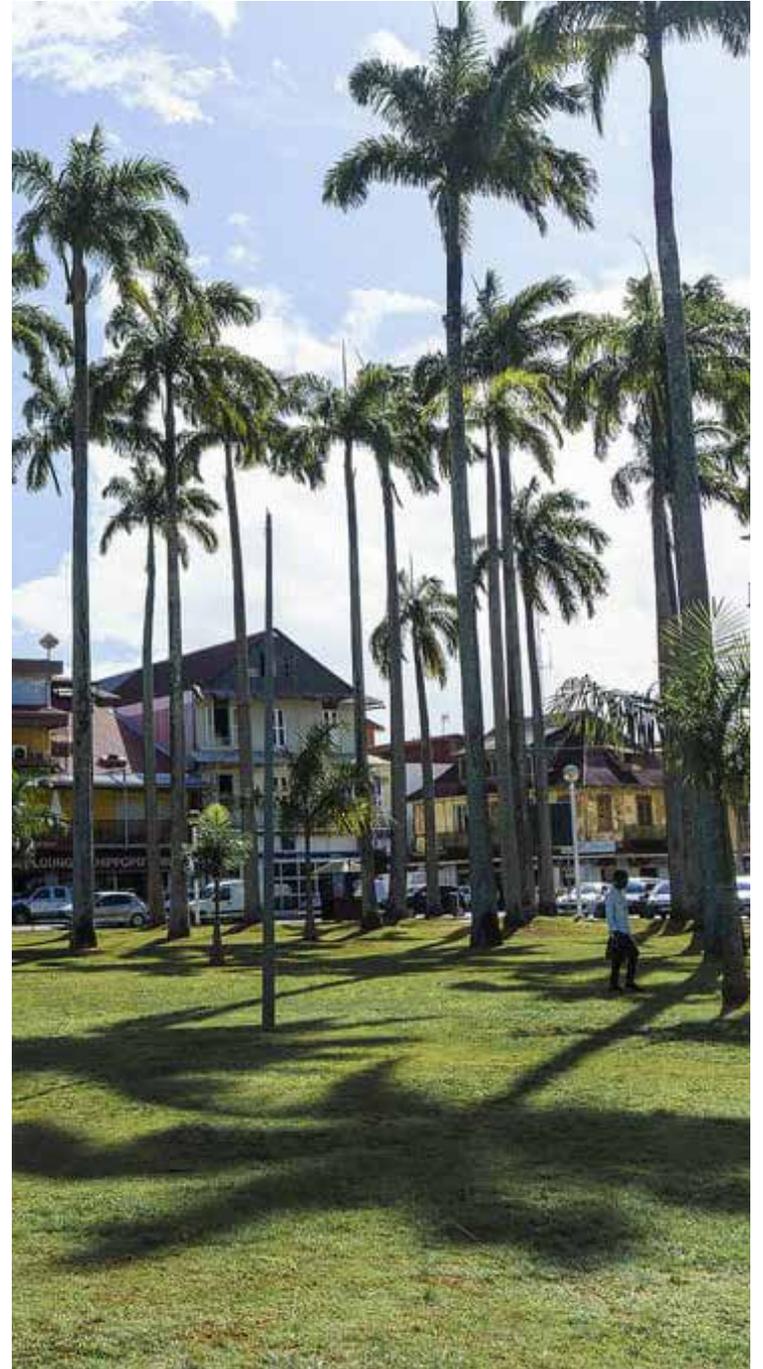
LIVROS



O MAIS CÉLEBRE romance de Mary McCarthy relata a vida de oito jovens licenciadas nos anos 30 em Vassar, uma das mais elitistas e conceituadas universidades femininas americanas.



PARTINDO DE DADOS comparativos com uma dimensão e uma profundidade inéditas, este livro segue, numa perspectiva simultaneamente económica, social, intelectual e política, a história e o devir dos regimes desiguais.



TURISMO

Vale a pena visitar

A Guiana Francesa está situada a norte da América do Sul. É uma região plana com poucas colinas. O relevo eleva-se desde a faixa costeira até as terras altas do sul, passando por uma planície de transição, onde se combinam os granitos do escudo e os depósitos fluviais.

O ecoturismo na Guiana combina uma visita às Cataratas de Kaieteur com locais históricos como Fort Island e Fort Kyk-Over-Al. Pode começar por passar a noite em Georgetown e no Sloth Island Nature Resort, situado em 160 acres de floresta tropical intocada ao longo do rio Essequibo.

No restaurante Maharaja, em Gtown, a comida é perfeita. O lugar é super peculiar e o atendimento excelente. Como sugestão, pode optar por um curry com arroz e pãezinhos indianos.

ESTUDO TEM 1950 COMO O ANO DE REFERÊNCIA

Consumo de energia foi superior aos 12 mil anos anteriores

SUSTENTABILIDADE. Cientistas do Grupo de Trabalho do Antropoceno da União Internacional de Ciências Geológicas referem que as alterações climáticas aceleradas são uma consequência desta evolução e a causa de outras mudanças acentuadas no futuro.

A humanidade consumiu nos últimos 70 anos mais energia do que nos 12 mil anteriores com uma “mudança radical” que começou na década de 1950 e o aumento da população mundial, segundo um estudo científico recentemente divulgado.

Um grupo internacional de cientistas, incluindo o paleontólogo Reinhold Leinfelder, da Universidade Livre de Berlim, chegou a esta conclusão depois de analisar valores geológicos que atestam o consumo energético, reforçando a ideia de que, depois de 1950, o período geológico do Holoceno terminou e começou o Antropoceno.

“O crescimento exponencial do consumo energético, o desenvolvimento da actividade económica e o vertiginoso aumento da população” registados a partir dessa década deixaram muitas pegadas geológicas”.

Para o grupo de cientistas, incluindo vários que pertencem ao Grupo de Trabalho do Antropoceno da União Internacional de Ciências Geológicas, as alterações climáticas aceleradas são uma consequência desta evolução e a causa de outras mudanças acentuadas no futuro.

Uma das conclusões da sua investigação é que os seres humanos exercem uma influência cada

Os modelos do sistema terrestre indicam que atrasámos a chegada da próxima era glacial em pelo menos 50 mil anos, dizem os cientistas.



vez maior sobre o planeta, com Leinfelder a afirmar no estudo publicado na revista Communications Earth and Environment que “tudo está relacionado com o Antropoceno”, sobretudo o

consumo de energia assente nos combustíveis fósseis.

“Vamos esperar que a humanidade aprenda a considerar-se uma parte do sistema terrestre, que tem que continuar opera-

MEMORIZE

- Nos cálculos da equipa, o consumo de energia desde 1950 atingiu 22 zetajoules (o equivalente a algo como a energia libertada pela explosão de 275 milhões de bombas atómicas), por comparação a 14,6 zetajoules desde o fim da última era glacial (há cerca de 11.700 anos) e a metade do século XX.

70

Anos, período em que o mundo consumiu mais energia do que nos 12 mil anos anteriores.

giu 22 zetajoules (o equivalente a algo como a energia libertada pela explosão de 275 milhões de bombas atómicas), por comparação a 14,6 zetajoules desde o fim da última era glacial (há cerca de 11.700 anos) e a metade do século XX.

O geólogo Colin Summerhayes, da Universidade de Cambridge, indicou que “já não é possível explicar de forma inteligente que o ser humano não seja o responsável pelo aquecimento global”. “Os modelos do sistema terrestre indicam que atrasámos a chegada da próxima era glacial em pelo menos 50 mil anos”, acrescentou Will Steffen, da Universidade Nacional da Austrália.

O investigador John McNeill, da Universidade de Georgetown, nos Estados Unidos, declarou que “se amanhã todos os seres humanos emigrassem para outro planeta, a influência das últimas gerações permaneceria durante milhares de anos na crosta terrestre, nos fósseis e no clima do planeta”.

Por seu turno, John Day, da Universidade Estatal da Louisiana, apontou que com as alterações climáticas e a destruição do meio ambiente, a humanidade caminha para a sexta grande extinção em massa, em que “partes significativas da Terra se tornam inóspitas para o Homo Sapiens por causa de incêndios florestais, furacões e chuvas intensas”.

cional e vital. Colectivamente, metemo-nos nesta confusão. Temos de cooperar para conseguir sair dela”, afirmou.

Nos cálculos da equipa, o consumo de energia desde 1950 atin-

NÚMEROS DA SEMANA

4,5

Milhões de kwanzas, orçamento de que o projecto Mosap II dispõe para apoiar sete mil famílias camponesas em Malanje, na campanha agrícola 2020/2021.

6

Milhões de kwanzas volume de negócios gerado na primeira feira do campo do município do Dande, no Bengo.

36%

Taxa de execução da nova unidade da refinaria de Luanda, cujo término está previsto para 2022.

5.090

Pedidos de apoio ao crédito que se encontram registados no comité Créditos e Vendas, um serviço do Prodesi.



MINISTRA EXONERADA

Jomo Fortunato nomeado depois de exonerado por condutas inapropriadas

O presidente da República, João Lourenço, exonerou nesta segunda-feira Adjany da Silva Freitas Costa, do cargo de Ministra da Cultura, Turismo e Ambiente. A jovem bióloga de 29 anos ocupou a pasta durante pouco menos de seis meses marcado pela suspensão do polémico contrato de 148 milhões de kwanzas do hino dos 45 anos de independência com a empresa Karga Eventos.

Em sua substituição, foi nomeado, por decreto, o crítico literário Jomo Francisco Isabel de Carvalho Fortunato. Entretanto, em Agosto de 2018 o novo ministro da Cultura, Turismo e Ambiente tinha sido exonerado por João Lourenço do cargo de Presidente do Conselho de Administração do Memorial António Agostinho Neto. Na altura, a nota presidencial justificava o afastamento do crítico literário com as suas “condutas inapropriadas” que “desrespeitavam os princípios pelos quais tal local foi concebido.” Tal sucedeu em consequência de uma sugestão da Fundação António Agostinho Neto em afastar Jomo Fortunato, embora o presidente não tivesse fundamentado na exoneração.

Num outro comunicado, João Lourenço nomeou a então ministra Adjany Costa sua consultora.

PROPRIV

Fazenda Pungo Andongo vendida

A empresa Telegest, do bancário Fernando Teles, terá sido a selecionada no concurso público para aquisição da Fazenda Pungo Andongo, em Malange, no âmbito do processo de privatização Propriv, de acordo com fonte do Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (Igape).

“O processo ainda não está totalmente concluído faltando-lhe pequenos detalhes, mas penso que nada se vai alterar”, garantiu em adiantar o desfecho das demais fazendas, cujo processo de priva-

tização iniciou há já algum tempo.

A referida fazenda faz parte do grupo de activos que o Presidente João Lourenço autorizou a respectiva privatização em Março deste ano. No mesmo grupo consta a Fazenda Kizenga, também localizada em Malange.

Inaugurada em 2006, a fazenda está localizada na comuna com o mesmo nome, no município de Cacusso, ocupando uma área de 33 mil hectares de terra com uma reserva ecológica de 5 mil hectares.



COOPERAÇÃO

Tribunais de contas dos Palop avaliam OGE 2020

Especialistas em análise orçamental e orçamentação sensível ao género do Tribunal de Contas (TC) e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP-TL) iniciaram nesta segunda-feira, 26, via Zoom, a análise do Orçamento Geral do Estado 2020 revisto, numa acção formativa enquadrada nos esforços ‘Team Europe’ da União Europeia em resposta à Covid-19.

A acção de formação tem como tema central ‘As oficinas de análise orçamental e de orçamentação sensível ao género’, e destina-se a especialistas em análise orçamental e orçamentação e género,

visando promover a troca de experiência sobre a fiscalização e controlo jurisdicional dos principais documentos orçamentais ao longo do ciclo entre o Tribunal de Contas de Angola e as Instituições congéneres dos PALOP e Timor Leste.

A primeira parte do Módulo 1 refere a nota, teve a duração de três horas de formação para cerca de 50 quadros do TC. No próximo dia 30 de Outubro, o TC voltará a acolher a segunda parte do referido módulo, com mais três horas de apresentação, socialização e partilha dos resultados dos grupos de trabalho, e culminará com as principais conclusões e recomendações.



PIB

Recessão de 8,8% no II trimestre

A economia de Angola registou um crescimento negativo de 8,8% no segundo trimestre deste ano face ao período homólogo, anunciou hoje o Instituto Nacional de Estatística, atribuindo esta “desaceleração acentuada” à pandemia de covid-19.

Segundo o INE, a “desaceleração acentuada da actividade económica reflectiu o impacto da pandemia da covid-19, que se fez sentir no referido trimestre”.

Concorreram fundamentalmente para a variação negativa as actividades da Pesca (-27,8%), Petróleo (-8,2%), Extração de Diamantes (-15,6%), Construção (-41,0%) e Comércio (-0,1%).

Também contribuíram o Transporte (-78,9%), Governo (-7,1%), Imobiliária (-17,6%), Impostos (-53,6%), Outros serviços (-2,1%), Indústria Transformadora (-4,0%) e Subsídios (-71,7%)”.

No entanto, antes da divulgação das estatísticas do INE, informações não oficiais davam conta da existência de um outro entendimento do INE em relação ao PIB. Ou seja, que o PIB tinha contraído 12,7%, tendo o Governo discordado com o referido dado.